

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE DIREITO

AKEMI CARVALHO ARIMA

**O PRAZO DECADENCIAL PARA PROPOSITURA DA AÇÃO RESCISÓRIA: UMA
ANÁLISE DOUTRINÁRIA DA SÚMULA 401 DO STJ E DO ATUAL
ENTENDIMENTO DO TST E DO STF**

CRICIÚMA

2015

AKEMI CARVALHO ARIMA

**O PRAZO DECADENCIAL PARA PROPOSITURA DA AÇÃO RESCISÓRIA: UMA
ANÁLISE DOUTRINÁRIA DA SÚMULA 401 DO STJ E DO ATUAL
ENTENDIMENTO DO TST E DO STF**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de bacharel no curso de
Direito da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.^a Adriane Bandeira Rodrigues

CRICIÚMA

2015

AKEMI CARVALHO ARIMA

**O PRAZO DECADENCIAL PARA PROPOSITURA DA AÇÃO RESCISÓRIA: UMA
ANÁLISE DOUTRINÁRIA DA SÚMULA 401 DO STJ E DO ATUAL
ENTENDIMENTO DO TST E DO STF**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de bacharel, no Curso de Direito da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC, com Linha de Pesquisa em Direito
Processual Civil.

Criciúma, 10 de julho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Adriane Bandeira Rodrigues - Especialista - (UNESC) - Orientadora

Prof. Alisson Tomaz Comin - Especialista - (UNESC)

Prof.^a Renise Terezinha Melilo Zaniboni - Especialista - (UNESC)

**Dedico o presente trabalho à minha mãe e à
minha irmã, por toda a paciência, confiança
e apoio fornecido.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à minha mãe, alicerce da minha educação, por ter acreditado em mim quando eu mesma não acreditei, pelo incentivo e pelo amor incondicional.

À minha irmã, por me fazer sorrir até nos piores dias e ser o melhor presente que a vida me deu.

À minha orientadora Adriane Bandeira Rodrigues pelo suporte, paciência e tempo dedicado, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho.

Aos demais professores da graduação pelo conhecimento passado.

RESUMO

A ação rescisória é a demanda autônoma de impugnação, pela qual se pretende a desconstituição da sentença transitada em julgado por conter alguns dos vícios previstos no artigo 485 do Código de Processo Civil. Com efeito, tem-se que é comum ações com múltiplos pedidos, sendo que, por vezes, na sentença que resolve o mérito da ação, o provimento jurisdicional obtido pode ser favorável para acolher um ou alguns dos pedidos, enquanto julga improcedente os demais. Compõem-se, assim, os capítulos autônomos da decisão judicial, os quais ocorrem quando o juiz decide sobre pleitos independentes entre si, como nas demandas em que são formulados pedidos tanto de indenização por danos morais quanto por danos materiais. O problema relevante, no que toca ao prazo para propositura da ação rescisória, configura-se nos casos de impugnação parcial da sentença ou acórdão, ou seja, quando a parte sucumbente recorre de parte da decisão, a saber capítulo autônomo, que não lhe foi favorável, ocorrendo a coisa julgada formada progressivamente. Contudo, os tribunais superiores (STJ, TST e STF) têm-se manifestado de forma diferente acerca do assunto. Desse modo, a presente monografia tem por objetivo pesquisar os fundamentos que dão lastro aos entendimentos distintos dos tribunais superiores brasileiros, expondo-os detalhadamente. Para tanto, será estudado o ato judicial sentença, o instituto da coisa julgada, bem como a ação rescisória. A relevância social da pesquisa está justamente na divergência de posicionamentos adotados pelos tribunais superiores, o que gera insegurança jurídica para os que buscam a tutela jurisdicional do poder judiciário, fazendo-se necessário assim que seja procedido um exame da matéria. Para tanto, utilizou-se o método de pesquisa dedutivo, em pesquisa teórica e qualitativa com emprego de material bibliográfico e documental legal, além de uma pesquisa jurisprudencial.

Palavras-chave: Ação rescisória. Capítulos autônomos. Coisa julgada formada progressivamente. Termo *a quo* para propositura.

ABSTRACT

The rescission action is the autonomous complaint contesting, for which it is intended to deconstitution the final judgment to contain some of the vices of Article 485 of the Civil Procedure Code. Indeed, it has been that it is common to several requests provenance application when filed a process, and sometimes the sentence that addresses the merits of the action, the national provision obtained can be favorable for hosting one of the requests, while dismisses the other. So make up the autonomous chapters of the court decision, which occur when the judge decided on independent claims each other, as the demands that are formulated requests both as compensation for moral damages for property damage. The relevant issue, with regard to the deadline for filing the rescission action, set up in cases of partial challenge to the decision or judgment, that is, when the part sucumbente appeals the part of the decision, namely standalone chapter, that it was not favorable, occurring res judicata formed progressively. This is because higher courts have manifested themselves in different ways on the subject. Thus, this monograph aims to research the foundations that gave ballast to the different understandings of brazilian higher courts, exposing them in detail, for which it will be done in-depth study about the sentence, of res judicata, as well as the rescission action. The social relevance of the research is exactly in the differing positions adopted by the higher courts, which creates legal uncertainty for those seeking judicial protection of the judiciary, making it necessary so be undertaken an examination of the matter. For this, we used the deductive research method in theoretical and qualitative survey of employment bibliographic and legal documentary material, and a jurisprudential research.

Keywords: Rescission action. Autonomous chapters. Res judicata formed progressively. Term to propose.

LISTA DE ABREVIATURAS

Art. – Artigo

CF – Constituição Federal

CP – Código Penal

CPC – Código de Processo Civil

Nº - Número

P. – Página

STJ – Superior Tribunal de Justiça

STF – Supremo Tribunal Federal

TST – Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 SENTENÇA E COISA JULGADA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.1 CONCEITO DE SENTENÇA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.2 REQUISITOS DA SENTENÇA	16
2.3 CLASSIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS	Erro! Indicador não definido.
2.4 COISA JULGADA.....	21
2.5 COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL.....	25
2.6 LIMITES SUBJETIVOS E OBJETIVOS DA COISA JULGADA	28
2.7 ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DA FORMAÇÃO DA COISA JULGADA PROGRESSIVA	33
3 AÇÃO RESCISÓRIA	37
3.1 FUNDAMENTO	37
3.2 NATUREZA JURÍDICA.....	38
3.3 PRESSUPOSTOS.....	39
3.4 HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	41
3.5 LEGITIMIDADE	51
3.6 COMPETÊNCIA	55
3.7 PRAZO PARA PROPOSITURA	56
4 TERMO A QUO PARA PROPOSITURA DA AÇÃO RESCISÓRIA NO CASO DE EXISTÊNCIA DE CAPÍTULOS AUTÔNOMOS DO PRONUCIAMENTO JUDICIAL: ANÁLISE DOS ENTENDIMENTOS DOUTRINÁRIOS E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES (TST, STJ E STF).....	61
4.1 POSIÇÕES DOUTRINÁRIAS ACERCA DO TERMO A QUO PARA PROPOSIUTA DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	61
4.2 INCISO II DA SÚMULA 100 DO TST	63
4.3 ATUAL ENTEDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	65
4.5 SÚMULA 401 DO STJ.....	68
5 CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS.....	76

1 INTRODUÇÃO

A ação rescisória é a ação autônoma de impugnação cabível para rescindir a sentença nas hipóteses taxativas previstas em lei. O direito de propô-la se extingue em dois anos, contados do trânsito em julgado da decisão.

O presente trabalho tem como finalidade analisar o termo *a quo* para propositura da ação rescisória nos casos em que há formação da coisa julgada progressivamente, isto é, quando a sentença rescindenda contém mais de um capítulo autônomo e que eles tenham transitado em julgado em momentos diversos em razão da interposição de recurso parcial.

Para tanto, estudar-se-á, inicialmente, o conceito de sentença, os seus elementos essenciais e sua classificação, bem como a coisa julgada e seus aspectos, pontuando seu conceito, seus limites subjetivos e objetivos e a possibilidade de sua formação progressiva.

No segundo capítulo, por sua vez, falar-se-á acerca da ação rescisória, examinando os seus pressupostos e hipóteses de cabimento, assim como será realizada uma análise sobre a competência e a legitimidade, além de um estudo acerca das questões que envolvem o prazo de propositura.

Por fim, no terceiro capítulo abordar-se-ão os entendimentos doutrinários e dos tribunais superiores brasileiros (TST, STJ e do STF) quanto ao termo *a quo* para propositura ação rescisória quando existem capítulos autônomos no pronunciamento judicial obtido, expondo detalhadamente os fundamentos que dão embasamento para as diferentes teorias adotadas.

O método de pesquisa utilizado será o dedutivo, em pesquisa teórica e qualitativa com emprego de material bibliográfico e documental legal.

2. SENTENÇA E COISA JULGADA

Com vistas a angariar melhores condições para análise do tema central abordado neste trabalho, realizar-se-á neste capítulo um estudo acerca do conceito de sentença, os seus elementos essenciais e sua classificação, bem como sobre a coisa julgada e seus aspectos, pontuando seu conceito, seus limites subjetivos e objetivos e a possibilidade de sua formação progressiva.

2.1 CONCEITO DE SENTENÇA

O autor, ao ajuizar uma ação judicial, requer que o Poder Judiciário, na pessoa do juiz, decida acerca da lide a ele apresentada, aplicando a lei, princípios, doutrina e jurisprudência no caso concreto, a fim de solucionar o conflito existente entre as partes. Esse ato que soluciona a lide caracteriza-se como uma sentença, sendo que, por vezes, não é possível ao magistrado manifestar-se acerca do pedido formulado na exordial, haja vista a ausência de um dos requisitos imprescindíveis para a continuidade do feito, o que enseja a extinção da demanda sem entrar-se no mérito da questão. Registra-se que, independentemente de resolver a questão posta em juízo, com ou sem resolução de mérito, tal ato do juiz é considerado sentença (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 547).

Qualificar-se-á também como sentença o ato pelo qual o juiz extingue o processo de execução ou cumprimento de sentença em razão do cumprimento da obrigação (pagamento), da remissão da dívida (transação) ou quando o credor renunciar ao crédito (CPC, art. 794, I, II e III), hipóteses em que haverá resolução do mérito, ou ainda, sem mérito, quando o título executivo não preencher os requisitos necessários para o procedimento executivo (certeza, liquidez e exigibilidade) e quando houver a desistência da ação ou o abandono da causa pela parte credora (DIDIER JR; BRAGA; OLIVEIRA, 2013, p. 432).

Para o Código de Processo Civil de 1973, em seu texto original, a sentença é o ato pelo qual o juiz põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa (art. 162, §1º); enquanto a decisão interlocutória seria o ato que resolve questão incidente no curso do processo (art. 162, §2º) (BRASIL, 2015a).

Logo, ficava fácil identificar o recurso a ser interposto para impugnar determinado ato do juiz, haja vista que a apelação seria a medida correta quando

houvesse decisão que terminasse o processo e o agravo quando a decisão não colocasse fim a demanda. (MARINONI; ARENHART, 2011, p. 406).

Ressalta-se, todavia, que tal definição era imprópria para determinar o conceito de sentença, uma vez que a mesma não extinguiu o processo quando proferida, podendo o feito continuar pela interposição de um recurso, só se encerrando de fato a fase de conhecimento quando esgotados todos os recursos cabíveis, ocasião em que ocorre o trânsito em julgado (CÂMARA, 2013, p. 457).

Porém, a Lei nº 11.232/2005 alterou parágrafo 1º do mencionado artigo, conceituando sentença como “[...] o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei” (BRASIL, 2015a).

Assim, o conceito legal de sentença não é mais definido por sua finalidade, ou seja, “por fim ao processo”, mas sim pelo seu conteúdo que estaria contido nos artigos 267 e 269 do Código de Processo Civil (BUENO, 2011, p. 363-364).

Explica Wabier e Talamini a mudança trazida pela lei 11.232/2005:

Conforme a lei 11.232/2005, sentença passou a ser definida como o ato do juiz que implica alguma das situações previstas no art. 267 ou no art. 269 (nova redação do artigo 162, §1º). O art. 267 trata da “extinção” do processo sem julgamento (resolução) de mérito. O art. 269 trata das hipóteses de julgamento (resolução) do mérito – sem mais aludir à extinção do processo (2010, p. 573).

Em razão dessa alteração implementada pela Lei nº 11.232/2005, a sentença deixou de ser unicamente o ato pelo qual o juiz põe fim ao processo, uma vez que, apesar do artigo 267 do CPC prever as causas de extinção da demanda, o artigo 269 do mesmo diploma legal estabelece os casos em que haverá a resolução do mérito, sem, contudo ocorrer necessariamente a extinção do processo, sem olvidar que a sentença em si não é suficiente para colocar fim ao processo, haja vista que pode ocorrer a interposição de recurso. O motivo de tal mudança decorre do novo sistema previsto para a execução de sentença, alterado também pela lei supracitada, o qual determina a extinção da antiga ação de execução de sentença, prevendo a via do cumprimento de sentença, que se constitui em uma das fases do processo sincrético, não fazendo sentido então afirmar que a sentença é o ato do juiz que põe fim ao processo quando ele poderá prosseguir na fase de execução (GONÇALVES, 2013, p. 21-22).

Acerca do tema, disserta Pinho:

Assim, o novo conceito trazido pelo art. 162, §1º, deixa de correlacionar a prolação da sentença com a extinção da prestação jurisdicional, como anteriormente acontecia, principalmente porque, havendo o cumprimento da sentença com base no art. 475-I, também introduzido pela referida lei, teremos um prolongamento da relação jurídica processual com base nos atos judiciais necessários à execução (2012, p. 293).

À vista disso, segundo Didier Jr., Braga e Oliveira, “sentença é o pronunciamento pelo qual o juiz, analisando ou não o mérito da causa, põe fim a uma etapa (cognitiva ou executiva) do procedimento em primeira instância” (2013, p. 285-286).

Frisa-se ainda o ensinamento de Marinoni e Arenhart:

Nesse aspecto, a novidade da Lei 11.232/2005 está na existência de sentenças de mérito que não extinguem o processo. Na verdade, tal modificação deriva do novo sistema que a própria lei outorgou à execução de sentença que impõe o pagamento de quantia certa, dispensando a propositura da ação de execução e permitindo que a execução seja feita em uma fase do processo já instaurado, denominado de “cumprimento de sentença” [...]. Trata-se de uma sentença que acolhe o pedido – enquadrando-se na moldura do inciso I do art. 269 –, mas não extingue o processo. As sentenças de procedência que não precisam que o processo se desenvolva em uma fase de execução, para satisfazer o autor, obviamente extinguem o processo (sentenças declaratória e constitutiva). Apenas a sentença que condena ao pagamento de quantia certa, assim como as sentenças que impõem não fazer, fazer ou entrega de coisa (arts. 461 e 461-A, CPC), acolhem o pedido sem extinguir o processo (2011, p. 406).

Entretanto, apesar de o parágrafo 1º do artigo 162 do Código de Processo Civil dispor que as hipóteses de sentença estão previstas nos artigos 267 e 269 da mesma Lei, nem todos os casos, que contemplam o conteúdo dos mencionados dispositivos legais, configurar-se-ão como sentença. Isto porque, há decisões que contemplam o conteúdo daqueles sem, no entanto, extinguir o processo de conhecimento, como por exemplo uma decisão que declara parte ilegítima somente um dos litisconsortes (CPC, art. 267, VI) ou a decisão que reconheça a ocorrência de decadência de um dos pedidos formulados na inicial (CPC, art. 269, IV). Nos mencionados exemplos, o juiz decidirá uma questão do processo sem extinguir a fase em que foi proferido o ato, o que caracteriza uma decisão interlocutória (DIDIER JR.; BRAGA, OLIVEIRA, 2013, p. 282-283).

Nesse sentido, Alvim:

Sentença [...] é o ato do juiz pelo qual este põe fim ao processo ou ao procedimento em primeiro grau de jurisdição, decidindo ou não o mérito da causa (art. 162, §1º). Nem todo pronunciamento judicial cujo conteúdo se subsuma nos arts. 267 e 269 pode ser classificado como sentença, ao contrário do que sugere a leitura isolada do §1º do artigo 162, modificado pela Lei n. 11.232/2005. Tanto é assim que o §2º do art. 162, que trata da definição do que se deve entender por decisão interlocutória, não foi alterado: é o pronunciamento judicial que, no curso do processo, resolve questão incidente (2013, p. 671).

Conclui-se desse modo que:

Sentença é a decisão que, tendo conteúdo dos arts. 267 ou 269, representa o fim da etapa do processo em primeira instância na qual a atividade preponderantemente desenvolvida pelo juiz é a de reconhecer o direito aplicável à espécie, a “etapa cognitiva do processo [...]”. Por sua vez, quando houver encerramento da “etapa executiva”, a hipótese é de proferimento da sentença a que se refere o art. 795, ato que reconhecerá [...] a desnecessidade da atuação do Estado-juiz diante da ocorrência de uma das hipóteses do art. 794 (BUENO, 2011, p. 366).

Sentença, portanto, “é o ato culminante do processo. Proferindo-a, o juiz, dá cumprimento à obrigação jurisdicional do Estado” (SANTOS, 2013, p. 25).

Por sua vez, para o novo Código de Processo Civil, aprovado em 16 de março de 2015, o conceito legal de sentença é previsto no §1º do artigo 203 que estabelece que: “ressalvadas as disposições expressas dos procedimentos especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução” (BRASIL, 2015b).

Pode-se concluir então que o Novo Código define a sentença não somente pelo o seu conteúdo, contido nos artigos 485 e 487, mas também pelo momento processual em que foi proferida, isto é, quando põe fim à etapa processual ou põe termo à execução.

Diferentemente do Código de Processo Civil de 1973, o Novo Código prevê que o ato que extingue a execução configura-se em sentença, enquanto aquele era silente neste tocante, uma vez que disciplinava que as hipóteses de sentença eram apenas previstas nos artigos 267 e 269. Logo, percebe-se que o novo conceito legal de sentença tornou-se mais abrangente, prevendo mais possibilidades de configuração de sentença.

2.2 REQUISITOS DA SENTENÇA

Ao prolatar uma sentença, é imprescindível a presença de certos requisitos essenciais para sua validade e eficácia, mais precisamente dizentes à sua estrutura (SANTOS, 2013, p. 37). Tais requisitos estão expressamente definidos nos incisos no artigo 458 do Código de Processo Civil.

Art. 458. São requisitos essenciais da sentença:

I - o relatório, que conterà os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem (BRASIL, 2015a).

A existência desses requisitos se dão em virtude da importância que possui a sentença dentro do processo, conquanto é o ato pelo qual o juiz apreciará a pretensão formulada pela parte autora, devendo por isso ser formal (GONÇALVES, 2013, p. 23).

De igual forma pontifica Bueno que a “sentença é ato processual formal e, por isso, depende de elementos formais, tais quais exigidos pela lei, para que possa ter existência jurídica e validade e, conseqüentemente, pretender surtir seus regulares efeitos” (2011, p. 398).

Santos explica os elementos que a sentença obrigatoriamente deve contemplar:

Na sentença se contém a síntese do processo, o trabalho lógico feito pelo juiz no exame da causa e a decisão. Assim, a sentença, na sua estrutura, como ato escrito e solene, deverá compor-se de três partes: a) o relatório; b) a motivação; c) o dispositivo, conclusão ou decisão (2013, p. 39).

Alerta Câmara que, por serem elementos essenciais da sentença, a ausência de algum dos requisitos acarretará a nulidade da decisão, viciando-a, bem como entende que os elementos não precisarão ser apresentados exatamente na ordem prevista pela lei, podendo, a critério do juiz, serem colocados em qualquer ordem, apesar de a ordem legal ser a mais usualmente utilizada pelos magistrados (2013, p. 473).

Sobre a nulidade da sentença em razão da ausência de um dos elementos essenciais leciona Theodoro Júnior:

Registre-se, outrossim, que as formalidades prescritas pelo Código são substanciais, de modo que sua inobservância leva à nulidade da sentença. A sentença que apresentar nulidade por inobservância dos requisitos em apreciação pode ser rescindida em grau de apelação. E se passar em julgado, por não ter havido recurso em tempo hábil, poderá ser objeto de ação rescisória, por violação de literal disposição da lei – error in procedendo (Código de Processo Civil, arts, 458 e 485, nº V) (2014, p. 551).

O primeiro requisito disposto no diploma legal é o relatório que “conterá os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo (CPC, art. 458, I) (BRASIL, 2015a)”. Trata-se, pois, da síntese do processo, da “exposição que o juiz faz, de todos os fatos e razões em direito que as partes alegaram, e da história relevante do processo” (SANTOS, 2013, p. 39).

Acerca do relatório, sustenta Bueno:

O relatório da sentença é parte na qual o julgador indica qual é o conteúdo da postulação do autor e da resposta do réu (uma síntese da fase postulatória). Toda matéria relativa ao estabelecimento do contraditório (pretensão resistida) deve ser exposta nessa parte da sentença. O relatório também deverá indicar o que entender relevante que tenha ocorrido na fase ordinatória, mormente quando nela houver novas alegações e na fase instrutória. É fundamental que o relatório indique não só as questões de fato decorrentes da postulação e da resistência, mas também as questões jurídicas aventadas pelos sujeitos do processo. Deve descrever, por exemplo, as preliminares levantadas quando da apresentação da contestação e manifestação do autor sobre elas, a existência de algum agravo retido e a argumentação final desenvolvida nas alegações finais ou nos memoriais. Tudo o que for relevante para a decisão deve ser exposto no relatório porque é nele que o julgador demarcará o que será discutido e resolvido na sentença (2011, p. 390-391).

Em relação à fundamentação ou motivação, consubstancia-se nos “fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito (CPC, art. 458, II) (BRASIL, 2015a)”.

A Constituição Federal, no artigo 93, IX, estabelece a motivação das decisões como uma garantia constitucional do jurisdicionado, atribuindo-lhe estado de princípio constitucional, pois é por intermédio da motivação que as partes têm a oportunidade de entender por quais razões o julgador decidiu daquela forma e, por conseguinte, viabiliza a interposição de recurso para reformar o provimento. Dispõe o referido dispositivo constitucional:

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; (BRASIL, 2015c).

Segundo Theodor Júnior “o relatório prepara o processo para julgamento. Mas, antes de declarar a vontade concreta da lei frente ao caso dos autos, cumpre ao juiz motivar sua decisão” (2014, p. 552).

É nesta parte da decisão que o magistrado fundamentará a sua convicção quanto aos fatos da causa, expondo os motivos de seu convencimento, o qual, em que pese ser livre, haverá de ser obrigatoriamente motivado (SANTOS, 2013. p. 40).

Quanto às questões de fato e direito, as mesmas devem ser compreendidas como os pontos controvertidos pelas partes, devendo o juiz, na motivação, analisá-las e resolvê-las. Destarte, a fundamentação diz respeito à parte lógica da sentença, onde o juiz desenvolve seu raciocínio lógico, aplicando as regras de direito aos fatos expostos no relatório (BUENO, 2011, p. 391).

Leciona Câmara sobre a motivação:

A fundamentação é a parte da sentença em que o juiz apresentará suas razões de decidir, os motivos que o levaram a proferir decisão do teor da que está sendo prolatada. Daí ser também chamada de motivação. É na fundamentação que o juiz apresentará os fatores que contribuíram para a formação de seu convencimento. Como ensina notável expositor da matéria, a motivação da sentença é a parte do julgado que deve conter, ainda que entremeadas, a exposição dos fatos relevantes para a solução do litígio e a exposição das razões jurídicas do julgamento (2013, p. 473).

Contudo, salienta-se que as sentenças terminativas, isto é, as que extinguem o processo sem análise do mérito, apesar de ter que serem fundamentadas, a sua motivação pode ser concisa, conforme prevê o artigo 459 do Código de Processo Civil (CÂMARA, 2013, p. 474).

Por fim, tem-se o “dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem” (CPC, art. 458, III) (BRASIL, 2015a). Refere-se à parte da sentença em que o julgador responderá ao pedido formulado pelo autor, acolhendo-o ou rejeitando-o, é o “fecho da sentença”. (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 553).

Disserta Santos sobre este elemento essencial à sentença:

Dispositivo da sentença, ou, simplesmente, dispositivo, conclusão ou decisão é a parte final da sentença, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem (Cód. Proc. Civil, art. 458, III). Aí se encontra a conclusão das operações lógicas desenvolvidas pelo juiz na motivação, e, pois, os termos da sua decisão, ou seja, as proposições em que se consubstancia o *decisum*. É no dispositivo que reside o comando que caracteriza a sentença. Sentença sem dispositivo é ato inexistente – deixou de haver sentença (2013, p. 41-42).

Orienta ainda Câmara que o dispositivo é o “elemento mais importante da sentença, na medida em que é aí que se encontrará a decisão judicial, e, por conseguinte, a manifestação do poder de império estatal” (2013, p. 475). É somente sobre o dispositivo que recairá a coisa julgada material, configurada pela sua imutabilidade (BUENO, 2011, p.393).

2.3 CLASSIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS

O propósito do processo de conhecimento é a sentença em que o Estado-juiz analisa o mérito das questões postas em juízo, decidindo-as, seja para acolher ou rejeitar os pedidos formulados. “Às vezes, porém, por faltar pressuposto processual (nulidade do processo)”, condições de ação (carência da ação) ou outros obstáculos previstos em lei, “o juiz se vê compelido a extinguir o processo, sem decidir a lide, por ser impossível, nas circunstâncias, apreciar o pedido”. Ocorrendo a extinção do feito sem análise do mérito. Neste caso, chama-se dito ato judicial de sentença terminativa (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 550).

As hipóteses de sentença terminativa estão previstas no artigo 267 do Código de Processo Civil:

Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito

I - quando o juiz indeferir a petição inicial;

II - quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;

III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

IV - quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

V - quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada;

VI - quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual;

VII - pela convenção de arbitragem;

- VIII - quando o autor desistir da ação;
- IX - quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal;
- X - quando ocorrer confusão entre autor e réu;
- XI - nos demais casos prescritos neste Código (BRASIL, 2015a).

Ressalta-se que extinguindo-se o processo sem resolução de mérito, não há impedimento que seja proposta nova demanda idêntica, segundo prevê o artigo 268 do Código de Processo Civil, salvo nos casos de perempção, litispendência ou coisa julgada (CPC, art, 267, V) (BUENO, 2011, p. 371).

A sentença definitiva, por sua vez, é aquela que julga a lide, isto é, a tutela jurisdicional apresentada pela parte autora na petição inicial e os demais pedidos que ainda foram formulados durante o trâmite do processo, seja tanto pelo autor quanto pelo réu (BUENO 2011, p. 382).

As situações de sentença definitiva estão disciplinadas no artigo 269 do Código de Processo Civil:

Art. 269. Haverá resolução de mérito:

- I - quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor;
- II - quando o réu reconhecer a procedência do pedido;
- III - quando as partes transigirem;
- IV - quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição;
- V - quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação (BRASIL, 2015a).

Disserta Gonçalves a respeito da sentença definitiva:

Entre as sentenças de mérito a lei não inclui apenas aquelas que decidem a pretensão formulada pelo autor, mas também as que reconhecem a prescrição, decadência, e as que homologam o acordo celebrado pelos litigantes. Em sentido estrito, só haveria sentença de mérito propriamente nos casos em que o juiz decide sobre a pretensão formulada. Nos demais, ela é considerada de mérito não pela sua natureza, mas por força de lei. O legislador optou por considerá-la como tal para que pudesse revestir-se da autoridade da coisa julgada material, obstando a propositura de demandas idênticas (2013, p. 23).

Conforme explica Santos é necessário distinguir as sentenças definitivas das terminativas para se conhecer qual delas é coberta pela coisa julgada material ou formal e, por consequência, qual permite a reprodução da ação:

A classificação das sentenças em definitivas e terminativas tem importância prática, principalmente para a incidência da coisa julgada. Se o processo se extinguir por qualquer questão processual, ou por falta de condição da ação, embora ocorra o trânsito em julgado da sentença, o pedido pode ser

renovado em outro processo, à exceção das hipóteses de coisa julgada, litispendência e perempção (art. 268); se o juiz, porém, julgar o mérito, solucionar o litígio, a decisão transita em lei entre as partes (art. 468) e não pode ser contrariada por nenhuma outra que venha a ser incompatível com seus efeitos, já assegurados (2011a, p. 300-301).

Conclui-se então que “quando resolve o mérito (art. 269), recebe o nome de sentença definitiva; quando apenas põe fim à relação processual (art. 267), denomina-se sentença terminativa” (DONIZETE, 2013, p. 581).

2.4 COISA JULGADA

Segundo o artigo 6º, §3º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, “[...] chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba mais recurso” (BRASIL, 2014d).

Contudo, tal conceito mostra-se insatisfatório para a definição da coisa julgada (CÂMARA, 2013, p. 520).

O ordenamento jurídico brasileiro permite a interposição de recursos, pela parte insatisfeita, por terceiro prejudicado ou pelo Ministério Público (CPC, art. 499), como meio de impugnação do provimento jurisdicional obtido e, por conseguinte, devolve à mesma instância ou à superior a possibilidade de reexaminar a decisão recorrida.

Todavia, considerando que os recursos não podem se perpetuar para sempre no tempo, sob pena de gerar insegurança jurídica, utilizados todos os recursos disponíveis ou não os utilizando no lapso temporal definido em lei, a sentença ou acórdão proferido torna-se imutável e não passível de nova discussão. (DIDIER JR.; BRAGA; OLIVEIRA, 2013 p. 467).

[...] chegará um determinado momento em que não mais serão admissíveis quaisquer recursos, ou porque ocorreu preclusão temporal [...], ou porque ocorreu a preclusão consumativa, ou seja, a parte interpôs todos os recursos e não há mais recursos a serem interpostos. A partir de então, a sentença, como ato processual, passa a ser imutável [...] (DESTEFENNI, 2006, p. 426).

Destarte, a coisa julgada se dá quando esgotados os recursos cabíveis para impugnação da sentença proferida, seja ela definitiva ou terminativa, ou quando a parte sucumbente deixa de interpor o recurso no prazo estabelecido em lei, conforme expõe Câmara:

Tanta numa hipótese como noutra, isto é, tanto no caso de terem esgotados os recursos porventura admissíveis, como no caso de ter decorrido o prazo sem que o recurso admissível tivesse sido interposto, torna-se irrecurável a decisão judicial. No momento em que se torna irrecurável a decisão judicial, ocorre seu trânsito em julgado. Surge, assim, a coisa julgada [...] (2013, p. 519-520).

De acordo com Wambier e Talamini “[...] a coisa julgada é que se trata de um instituto ligado ao fim do processo e à imutabilidade daquilo que se tenha sido decidido” (2010, p. 596).

Necessário destacar que em relação a coisa julgada existem duas importantes teorias defendidas por Enrico Túlio Liebman e Konrad Hellwig sobre o seu conceito e natureza jurídica.

A tese elaborada por Enrico Túlio Liebman se contrapõe a de Hellwig que considera a coisa julgada um efeito da sentença, a qual se limita especificadamente ao efeito declaratório e, por isso, nem os efeitos condenatórios e constitutivos gerariam a coisa julgada, tornando-os desse modo mutável e discutível (CABRAL, 2013, p. 47).

Para esse doutrinador, segundo explica Cabral, a coisa julgada é a eficácia da declaração, pois:

[...] certos conteúdos não declaratórios podem ser rediscutidos em execução (basta pensar nas alegações possíveis em execução: por exemplo, na sentença, condenatória, mesmo após o trânsito em julgado, é possível haver nova análise a respeito do pagamento posterior à decisão final), e, portanto, seria incorreto afirmar que o elemento condenatório fosse imutável e indiscutível, quando somente a declaração, isto é, o elemento declaratório da sentença, adquiriria foro de imutabilidade (CABRAL, 2013, p. 47).

Acerca da teoria de Hellwig discorrem Didier Jr., Braga e Oliveira:

A primeira corrente doutrinária, perfilhada por Hellwig [...], sustenta ser a coisa julgada um efeito da decisão. Esta concepção, de forte influência alemã, restringe a coisa julgada ao elemento (efeito ou eficácia) declaratório da decisão. A carga declaratória da decisão seria imutável, indiscutível, defendem, pois nada apaga aquilo que o juiz declarou. Confinam a autoridade da coisa julgada à pura declaração de existência (ou inexistência) de um direito; seria uma força vinculante desta declaração que a torna obrigatória e indiscutível (2014, p. 472).

Liebman, por sua vez, diz que os efeitos principais da sentença são condenatório, declaratório e constitutivo, e que a coisa julgada é uma qualidade

desses efeitos produzidos pela decisão (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 575). Para ele a coisa julgada é “a imutabilidade do comando emergente da sentença [...] uma qualidade, mais intensa e mais profunda, que reveste o ato também em seu conteúdo e torna assim imutáveis, além do ato em sua existência formal, os efeitos, quaisquer que sejam, do próprio ato” (1984, p. 54).

Para melhor compreender sua teoria, destaca-se a explanação de Cabral:

Liebman [...] procurou diferenciar efeito da sentença da autoridade de coisa julgada (*auctoritas rei iudicatae*): para ele, haveria um erro lógico em considerar a coisa julgada como um efeito da sentença porque os efeitos seriam elementos decorrente da decisão, ou seja, algo que a sentença gera ou produz porque oriundo de seu comando; já a coisa julgada seria completamente diferente, um predicado que se apõe ou agrega à decisão após o esgotamento das instâncias recursais. A coisa julgada seria, então, uma qualidade, um atributo, um plus que adere à sentença e assim não poderia ser considerada um efeito da decisão porque não decorre da sentença ou tampouco das normas de direito por ela aplicadas. Ao contrário, o que torna a sentença imutável e indiscutível é uma norma externa à própria decisão e que não se encontra entre as normas de direito material ou processual aplicáveis ou efetivamente aplicadas para a resolução do conflito de interesses. Assim, não há qualquer elemento interno à sentença, expresso ou implícito, que afirme a imutabilidade após o momento do trânsito em julgado. Nessa linha, não poderia haver confusão entre os efeitos da sentença e autoridade da coisa julgada. Portanto, conclui Liebman que a coisa julgada seria uma qualidade de certos tipos de sentença, um adjetivo que se agregaria a algumas decisões jurisdicionais e seus efeitos, mas que com estes (os efeitos) não poderia ser confundida. A coisa julgada seria neutra e incolor ao conteúdo e aos efeitos da sentença, pois não os altera, apenas imuniza (2013, p. 49-50).

O ordenamento jurídico brasileiro adotou a teoria de Liebman, cuja tese afirma que a coisa julgada é uma qualidade de todos os efeitos da sentença, sendo que “não se pode confundir a indiscutibilidade de um julgamento com o efeito produzido por esse mesmo julgamento”. (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 577).

À vista disso, a coisa julgada não é um efeito (declaratório, condenatório ou constitutivo) da sentença proferida, mas sim uma qualidade, porquanto ela torna imutável o provimento jurisdicional, sendo que os efeitos da sentença podem se dar antes mesmo do trânsito em julgado, nos casos em que atribuído somente efeito devolutivo ao recurso interposto (GONÇALVES, 2013, p. 41).

Ainda sobre essa questão complementa Theodoro Júnior:

Ampla corrente doutrinária ensinava outrora que o principal efeito da sentença era a formação da coisa julgada. Para o código de 1973, no entanto, o efeito principal da sentença, no plano do processo de conhecimento, é apenas “esgotar o ofício do juiz e acabar a função

jurisdicional” (art. 463), [...]. A *res iudicata*, por sua vez, apresenta-se como uma qualidade da sentença, assumida em determinado momento processual. Não é efeito da sentença, mas a qualidade dela representando a “imutabilidade” do julgado e de seus efeitos, depois que não seja mais possível impugná-los por meio do recurso. (2014, p.576)

Ademais, quando não atribuído o efeito suspensivo ao recurso é plenamente cabível o cumprimento provisório da sentença, conforme prevê o Código de Processo Civil nos artigos 521 e 475-I, §1º, ambos na parte final (SANTOS, 2013, p. 139):

Art. 521. Recebida a apelação em ambos os efeitos, o juiz não poderá inovar no processo; recebida só no efeito devolutivo, o apelado poderá promover, desde logo, a execução provisória da sentença, extraindo a respectiva carta.

Art. 475-I. O cumprimento da sentença far-se-á conforme os arts. 461 e 461-A desta Lei ou, tratando-se de obrigação por quantia certa, por execução, nos termos dos demais artigos deste Capítulo.

§ 1º É definitiva a execução da sentença transitada em julgado e provisória quando se tratar de sentença impugnada mediante recurso ao qual não foi atribuído efeito suspensivo (BRASIL, 2015a).

Destarte, necessário dilucidar que “a razão jurídica da coisa julgada é a segurança das decisões, que ficaria comprometida se houvesse a possibilidade de rediscutir questões julgadas em caráter definitivo. Ela encerra, de uma vez por todas, a controvérsia ou conflito levado a juízo”. Contudo, tal aplicabilidade somente é possível na coisa julgada material (GONÇALVES, 2013, p. 42).

Isto porque a coisa julgada material assegura aos jurisdicionados, entre outras garantias, que o caso concreto decidido pelo juiz não seja alvo de rediscussão em virtude de mudanças nas leis, assegurando estabilidade ao provimento jurisdicional (BUENO, 2011, p. 422).

Destaca-se, outrossim, que sua importância é tão grande que há previsão constitucional da coisa julgada no artigo 5º, XXXVI, da Carta Magna, o qual estabelece que “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada” (BRASIL, 2014c) (ALVIM, 2013, p. 684). Trata-se, pois, de um direito fundamental e cláusula pétrea (BUENO, 2011, p. 421).

Acerca do tema, vale mencionar o seguinte ensinamento:

A coisa julgada é instituto jurídico que integra o conteúdo do direito fundamental à segurança jurídica, assegurado em todo Estado Democrático de Direito, encontrando consagração expressa, em nosso ordenamento, no art. 5º, XXXVI, da CF. Garante ao jurisdicionado que a decisão final dada à

sua demanda será definitiva, não podendo ser rediscutida, alterada ou desrespeitada – seja pelas partes, seja pelo próprio Poder Judiciário (DIDIER JR., BRAGA, OLIVEIRA, 2014, p. 467-468).

Essencial fazer ainda uma pequena observação que não são apenas as sentenças ou acórdãos que fazem coisa julgada, uma vez que as decisões interlocutórias, de cognição exauriente, também transitam em julgado, como é o exemplo de uma decisão proferida em sede de impugnação ao cumprimento de sentença. É o caso também de uma decisão interlocutória que reconhece a ocorrência prescrição em relação a um dos réus, enquanto ao outro determina indicar quais provas pretender produzir (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 685).

Há formação da coisa julgada material nessas decisões, porquanto as mesmas analisam o mérito das questões postas em juízo, restando por isso imutáveis e indiscutíveis após a preclusão, não sendo apenas a parte dispositiva da sentença que fica acobertada pela coisa julgada, mas também as decisões interlocutórias (ALVIM, 2013, p. 686).

2.5 COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL

Conforme já exposto, a coisa julgada de acordo com a teoria adotada pelo Código de Processo Civil traduz-se na imutabilidade dos efeitos do provimento jurisdicional obtido, após o seu trânsito em julgado.

Frisa-se que a coisa julgada possui dois aspectos: o formal e o material. O primeiro diz respeito à imutabilidade da sentença; enquanto o segundo configura-se na imutabilidade dos efeitos da sentença. (CÂMERA, 2013, p. 520).

A diferença entre ambas está consubstanciada nos limites em que cada uma surte o efeito da imutabilidade. Isto porque, a coisa julgada formal gera a imutabilidade da decisão dentro do processo em que foi proferida, em razão de não ser mais recorrível; ao passo que a coisa julgada material causa efeito de imutabilidade para além do feito, não podendo discutir-se a sentença ou acórdão dentro do processo em que produzida ou em qualquer outro. (DIDIER JR.; BRAGA, OLIVEIRA, 2014, p. 468-469).

Theodoro Júnior explica as diferenças entre a coisa julgada material e a formal no tocante às esferas do efeito da imutabilidade:

A coisa julgada formal atua dentro do processo em que a sentença foi proferida, sem impedir que o objeto do julgamento volte a ser discutido em outro processo. Já a coisa julgada material, revelando a lei das partes, produz seus efeitos no mesmo processo ou em qualquer outro, vedando o reexame da *res in iudicium deducta*, por já definitivamente apreciada e julgada (2014, p.583).

Menciona-se ainda que os aspectos da coisa julgada estão diretamente ligados ao tipo de sentença que foi prolatada no processo. Tratando-se de sentença que resolve a lide com resolução de mérito (sentença definitiva), ocorrerá a coisa julgada material. Ao contrário, se a sentença extingue o processo sem resolução de mérito (sentença terminativa), é hipótese da coisa julgada formal (DONIZETE, 2013, p. 607).

Sobre a coisa julgada e seus aspectos, ensina Gonçalves:

Ela é um fenômeno único ao qual correspondem dois aspectos, um de cunho meramente processual, que se opera no mesmo processo no qual a sentença é proferida, e outro que se projeta para fora, tornando definitivos os efeitos da decisão. Isso impede que a mesma pretensão seja rediscutida em juízo, em qualquer outro processo. Ao primeiro aspecto dá-se o nome de *coisa julgada formal*. Todas as sentenças, mesmo aquelas em que não há resolução de mérito, tornam-se imutáveis em determinado momento, quando contra elas não cabe mais recurso. O segundo aspecto é denominado *coisa julgada material* que apenas sobre as sentenças de mérito, impedindo que a mesma pretensão venha a ser rediscutida posteriormente em outro processo. Com as sentenças meramente terminativas isso não ocorre, porque nelas o juiz não se pronunciou a respeito da pretensão posta em juízo. Por isso, elas se tornam definitivas no processo em que proferidas, mas não impedem que a pretensão venha a ser objeto de outra demanda. O mesmo não ocorre com as sentenças de mérito, porque nelas o juiz apreciou o pedido. Assim que contra elas não couber mais recurso, a mesma pretensão não poderá mais ser levada a juízo (GONÇALVES, 2013, p. 41).

No que toca ao aspecto formal, segundo Theodoro Júnior:

A coisa julgada formal decorre simplesmente da imutabilidade da sentença dentro do processo em que foi proferida pela impossibilidade de interposição de recursos, quer porque a lei não mais os admite, quer porque se esgotou o prazo estipulado sem interposição pelo vencido, quer porque o recorrente tenha desistido do recurso interposto ou ainda tenha renunciado à sua interposição (2014, p. 582).

Registra-se que esse é um fenômeno intraprocessual, o qual ocorre tanto nas sentenças terminativas quanto nas definitivas. Isto porque, esgotados os recursos disponíveis, ambos os tipos de sentença se tornam definitivas dentro do

processo que em proferidas, ou seja, não pode mais controverter-se acerca da decisão judicial naquela demanda. (GONÇALVES, 2013, p. 42).

Clarifica Câmara:

A coisa julgada formal seria, assim, comum a todas as sentenças, enquanto a coisa julgada material só poderia se formar nas sentenças de mérito. Poder-se-ia, assim, dizer que todas as sentenças transitam em julgado (coisa julgada formal), mas apenas as sentenças definitivas alcançam a autoridade de coisa julgada (coisa julgada material). [...] no momento em que a sentença se tornasse irrecorrível, transitando em julgado, tornar-se-ia impossível alterá-la. A essa imutabilidade as sentença chamar-se-ia coisa julgada formal. Tratando-se de sentença definitiva, porém, a essa coisa julgada formal se acrescentaria ainda a imutabilidade dos efeitos da sentença (declaratórios, constitutivos, condenatórios), e a essa imutabilidade dos efeitos é que se daria o nome de coisa julgada material (2013, p. 520).

Repara-se, destarte, que “[...] a coisa julgada formal é um degrau necessário, para que se forme a coisa julgada material. Em outros termos, a coisa julgada material tem como pressuposto a coisa julgada formal” (DIDIER JR.; BRAGA; OLIVEIRA, 2013, p. 419).

Quanto à coisa julgada material, destaca-se o seu conceito legal, previsto no artigo 467 do Código de Processo Civil, que “denomina-se coisa julgada material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário” (BRASIL, 2014b).

Sobre ela elucida Bueno:

A chamada coisa julgada material [...] representa a característica de imutabilidade do quanto decidido na sentença para “fora” do processo, com vistas a estabilizar as relações de direito material tais quais resolvidas perante o mesmo juízo ou em qualquer outro (2011, p. 426).

Ocorrerá coisa julgada material nos casos de sentenças definitivas, ou seja, aquelas que resolvem de fato a lide posta em apreciação ao Estado-juiz, porquanto é nesse tipo de sentença que se sucede a imutabilidade para além do processo. (GONÇALVES, 2013, p. 43).

De outro lado, a coisa julgada formal atinge qualquer tipo de sentença ou acórdão, seja ela de mérito ou não, identificando-se com a ideia de fim do processo. (WAMBIER; TALAMINI, 2010, p. 597).

Logo, a coisa julgada material é extraprocessual, visto que seus efeitos não se dão somente no processo em que foi proferida a decisão, mas também repercutem fora dele. (MARINONI; ARENHART, 2011, p. 632).

Por fim, necessário discutir acerca da alteração realizada pelo novo Código de Processo Civil no que toca à coisa julgada material, disciplinando o artigo 502 que “denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso” (BRASIL, 2015b).

Em razão dessa mudança, o ordenamento jurídico passou a admitir expressamente na legislação a possibilidade das decisões que versam sobre o mérito restarem acobertadas pela coisa julgada material e não somente as sentenças definitivas, estando, por conseguinte, passíveis de serem objeto de ação rescisória (SIQUEIRA, 2014, p. 150). Todavia, conforme já visto no título anterior, a doutrina já admitia que a coisa julgada material também recaísse sobre as decisões interlocutórias.

2.6 LIMITES SUBJETIVOS E OBJETIVOS DA COISA JULGADA

Ao se falar de coisa julgada material, é imprescindível fazer referência aos limites por ela estabelecidos. São esses chamados de subjetivos e objetivos.

Os limites objetivos da coisa julgada dizem respeito ao “alcance da imutabilidade e indiscutibilidade da sentença transitada em julgado, visto em seu aspecto objetivo. Em outras palavras, o que se busca aqui é saber o que transitou em julgado” (CÂMARA, 2013, p. 531).

Para Bueno, os limites objetivos são aquela parte da decisão judicial que não pode ser mais rediscutida ou mudada, ou seja, é aquela parte do provimento jurisdicional em que prevalece a segurança jurídica, não podendo mais ser levada ao judiciário para embate (2011, p. 427).

De acordo com Marcos Vinicius Rios Gonçalves a coisa julgada “só diz respeito ao dispositivo da sentença, isto é, àquilo que foi decidido a respeito da pretensão posta em juízo. Não recaem sobre os seus fundamentos, que poderão ser rediscutidos” (2013, p. 186).

Corrobora nesse sentido Donizetti:

Na fundamentação ou motivação, inexistente julgamento, mas estabelecimento das premissas de conclusão. Na motivação, o juiz expõe as razões do seu convencimento, os motivos pelos quais vai dirimir a lide desta ou daquela forma; em outras palavras, nessa parte da sentença, o juiz apenas raciocina. Assim, [...] porque não há julgamento, nada do que foi assentado da motivação faz coisa julgada (2013, p. 612).

Para melhor compreender o tema, explana-se o que diz o Código de Processo Civil, em seu artigo 468: “a sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas” (BRASIL, 2014a).

Pelo exposto no dispositivo legal supra, percebe-se, conseqüentemente, que o quê transita em julgado é o dispositivo, ou seja, a parte em que o magistrado de fato resolve o litígio apresentado, aplicando a lei ao caso concreto (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 593).

Comunga do mesmo entendimento Gonçalves:

De todas as partes da sentença, somente o dispositivo, que contém o comando emitido pelo juiz, fica revestido da autoridade da coisa julgada material. Os motivos e fundamentos não se tornam imutáveis, e podem ser rediscutidos em outro processo, por mais importantes que tenham sido para a formação da convicção do juiz (2013, p. 42-43).

Nesse viés, estabelece o artigo 469 do Código de Processo Civil o que não faz coisa julgada:

Art. 469. Não fazem coisa julgada:

- I - os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença;
- II - a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença;
- III - a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo (BRASIL, 2015a).

Percebe-se que nem a o relatório, o qual não possui nenhum componente decisório, e nem a motivação fazem coisa julgada material, o que cabe somente a parte dispositiva da sentença (CÂMARA, 2013, p. 532).

Nesse sentido, tem-se os entendimentos doutrinários de Didier Jr, Braga e Oliveira.

Somente se submete à coisa julgada material a norma jurídica concreta, contida no dispositivo da decisão, que julga o pedido (questão principal, conforme o artigo 468, CPC). A solução das questões na fundamentação (incluindo a análise das provas) não fica indiscutível pela coisa julgada (art. 469, CPC), pois se trata de decisão sobre questões incidentes (2013, p. 427).

Explica ainda Geraige Neto que:

[...] somente o comando pronunciado pelo juiz que se torna imutável, não a atividade lógica exercida pelo juiz para preparar e justificar a decisão. Isto é, apenas a parte dispositiva da sentença estará apta a revestir-se da autoridade da coisa julgada, conforme se extrai da interpretação conjunta dos arts. 458 e 469 (2010, p. 148).

Frisa-se, ademais, que somente aquilo que foi objeto de pedido faz coisa julgada material, sendo que o pedido está diretamente ligado à causa de pedir, a qual se refere ao fato constitutivo que fundamenta a pretensão. (CÂMARA, 2013, p. 531).

Utilizar-se-á do exemplo de Theodoro Júnior para melhor entender tal tópico.

Assim, se o herdeiro legítimo contemplado em testamento reivindica a herança apenas invocando a disposição testamentária (uma questão) e perde a demanda, não estará inibido pela *res iudicata* de propor outra ação baseada na vocação hereditária legítima (outra questão ainda não decidida) (2014, p. 593).

É preciso examinar ainda a chamada “eficácia preclusiva da coisa julgada” ou “princípio do deduzido e do dedutível”, consagrado pelo artigo 474 do CPC, cuja previsão dispõe que: “passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido”. (BRASIL, 2014a).

A partir de tal princípio tem-se que, após ocorrido o trânsito em julgado da sentença de mérito, não é possível utilizar nenhuma “outra alegação ou defesa que poderiam ter sido empregados durante o processo em busca de resultado diverso”. Tal princípio possui como fundamento a garantia da segurança jurídica (BUENO, 2011, p. 429).

Ensinam Wambier e Talamini acerca desse princípio:

Isso significa praticamente o seguinte: julgada improcedente determinada ação indenizatória por acidente de veículo, em que o autor alegou, como causa de pedir, a culpa do motorista do outro veículo, elencando argumentos como alta velocidade e pista escorregadia, não pode o mesmo autor, posteriormente, com base nos mesmos fatos e na mesma causa de pedir juridicamente considerada (culpa), alegar, por exemplo, embriaguez do motorista do outro veículo. Assim, ainda que não tenha sido deduzido o argumento de embriaguez, esse princípio, acolhido pelo nosso direito positivo (art. 474 do CPC), indica a solução de se considerar como se

tivesse sido deduzido, impedindo-se, assim, que a possa a parte dele fazer uso em outra ação (2010, p. 600-601).

Destaca-se ainda que o Novo Código de Processo Civil ampliou os limites objetivos da coisa julgada, disciplinando que não apenas o dispositivo da sentença é acobertado pela imutabilidade e indiscutibilidade, mas também às questões prejudiciais decididas no processo ou em incidente, conforme verifica-se do §1º do artigo 503:

Art. 503. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.

§ 1º O disposto no caput aplica-se à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentemente no processo, se: (BRASIL, 2015b).

Por fim, no tocante aos limites subjetivos, esses referem-se às pessoas que serão atingidas pela coisa julgada (CÂMARA, 2013, p. 535).

Discorre Bueno que:

Não só o objeto da decisão interessa ao estudo da coisa julgada, isto é, o exame do que torna-se imune a ulteriores questionamentos, mas também a análise de “quem” fica vinculado ao que foi decidido. É o que a doutrina usualmente identifica como limites subjetivos da coisa julgada. Limites subjetivos porque relacionados com os sujeitos que não podem pretender tomar a iniciativa de rediscutir o que já foi soberanamente decidido pelo Estado-juiz porque vinculados à decisão já proferida (2011, p. 433).

A resposta para essa questão encontra-se no artigo 472 do Código de Processo Civil, o qual preceitua: “a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros” (BRASIL, 2014a).

Vale frisar que a sentença proferida, por ser um ato realizado pelo Estado, possui validade para todos, não tem limites. “O que tem limites é a imutabilidade e a indiscutibilidade da sentença, enfim, é a coisa julgada, que não pode beneficiar nem prejudicar estranhos à relação processual” (DONIZETTI, 2013, p.614).

Constata-se, então, que são atingidos pela coisa julgada material o autor e o réu. Contudo, poderão também ser atingidas as pessoas que, não fazendo parte inicialmente de nenhum polo da demanda, ainda sim participaram do processo, manifestando-se nos autos. Cita-se como exemplo as pessoas que foram chamadas ao processo, os denunciados e os oponentes (GONÇALVES, 2013, p. 45).

Salienta-se, outrossim, que dito dispositivo legal visa garantir a terceiros o princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional, bem como do contraditório e do

acesso à justiça, os quais ficariam feridos se terceiros fossem vinculados à sentença/acórdão de processos dos quais não fizeram parte (ALVIM, 2010, p. 105).

Nessa linha, ensinam Didier Jr., Braga e Oliveira:

[...] Esse dispositivo do CPC inspirou-se nas garantias constitucionais da inafastabilidade da jurisdição, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa [...]. Isto porque, segundo, o espírito do sistema processual brasileiro, ninguém poderá ser atingido pelos efeitos de uma decisão jurisdicional transitada em julgado, sem que lhe tenha sido garantido o acesso à justiça, com um processo devido, onde se oportunize a participação em contraditório. (2013, p. 428-429).

A título de exemplo, cita-se a situação em que há uma ação reivindicatória tramitando, e que o magistrado da causa declarou a propriedade do bem, objeto da lide, em favor uma das partes. Ao terceiro, o qual não participou do processo, aquela decisão do juiz, que resolveu qual das partes detém a propriedade, não lhe atingirá, podendo a qualquer tempo ajuizar ação para ver a sua propriedade declarada sobre referido bem (SANTOS, 2011a, p. 733).

Importante arguir ainda a respeito dos limites subjetivos da coisa julgada no que toca à assistência litisconsorcial:

Esta mantém estreita relação com a legitimidade extraordinária, em que a lei autoriza uma pessoa a ir a juízo, em nome próprio, na defesa dos direitos e interesses de terceiro. Esta não será parte, mas próprio titular do direito alegado ou defendido em juízo. Ou seja, não será parte no sentido processual, mas no material, pois é sua a titularidade do direito alegado, de forma que a sentença o atingirá diretamente. Por isso, a lei lhe faculta o ingresso, como assistente litisconsorcial. Pode intervir, portanto, nessa qualidade, o substituído processual, que não era parte, mas o titular da relação jurídica subjacente, e, nessa condição, seria atingido pela coisa julgada material. Aquele pode ingressar como assistente litisconsorcial – o substituído processual – será atingido pela coisa julgada, intervindo ou não (GONÇALVES, 2013, p. 45).

Cabe esclarecer também que nas ações que tratem de direito coletivo em sentido estrito a coisa julgada não atinge somente as partes originárias do processo, mas também “todos os membros da categoria, classe ou grupo que são ligados entre si ou com a parte adversa por uma relação jurídica base” (DIDIER JR.; BRAGA; OLIVEIRA, 2013, p. 482).

2.7 ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DA FORMAÇÃO DA COISA JULGADA PROGRESSIVAMENTE

Com efeito, tem-se que é comum a formulação de diversos pedidos quando ajuizada uma demanda, podendo ainda no decorrer da ação surgirem novos pleitos, como quando há apresentação de reconvenção. Mesmo em feitos que contenham apenas um pedido, haverá outras questões, oriundas do próprio julgamento, que terão que ser resolvidas, como a responsabilização pelos honorários sucumbenciais. Compete ao magistrado, na sentença, resolver todas as questões colocadas em apreciação. (BUENO, 2011, p. 395).

Por vezes, na sentença que resolve o mérito, o provimento jurisdicional proferido pode ser favorável para acolher um dos pedidos, enquanto julga improcedente o outro. Compõem-se assim os capítulos autônomos da decisão judicial, os quais ocorrem quando o juiz decidir sobre pleitos independentes entre si, como nas demandas em que são formulados pedidos tanto de indenização por danos morais quanto por danos materiais. (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 813-814).

A existência da teoria dos capítulos autônomos da sentença se dá em especial em virtude do permissivo legal do artigo 292 do Código de Processo que autoriza a cumulação de vários pedidos, ainda que não conexos, contra um mesmo réu. Tal dispositivo visa respeitar o princípio da economia processual, evitando o ajuizamento uma ação para cada pedido (ARRUDA, 2013, p. 266).

Elucida Câmara que:

A teoria dos capítulos de sentença nada mais é do que o reconhecimento de que uma sentença formalmente uma pode conter mais de uma decisão. Esta é, em apertadíssima síntese, a ideia de Liebman, criador da teoria que, a respeito do ponto que ora se examina, deve ser seguida. Dizia o grande processualista italiano que a sentença conserva formalmente a sua unidade também quando contém mais de uma decisão. Por exemplo, as sentenças definitivas contêm também a condenação do sucumbente nas despesas do processo; a sentença que se pronuncia sobre um cúmulo de demandas contêm uma pluralidade de decisões; a pronúncia sobre a preliminar processual é uma decisão distinta daquela que julga o mérito, mesmo que as duas se encontrem reunidas na mesma sentença; se a demanda tem por objeto uma quantidade de coisas fungíveis (uma soma em dinheiro, uma quantidade determinada de uma mercadoria qualquer) e se o juiz acolhe a demanda em parte, e em parte a rejeita, a sentença contém duas decisões distintas, uma de acolhimento e *pro parte* de uma de rejeição. E continua o mestre: Em todos esses casos a sentença é divisível, para certos efeitos, em tantas partes distintas quanto sejam os diversos pronunciamentos (ou decisões) que contenham, assim como se pode decompor um corpo composto nos seus vários componentes (2013, p. 493-494).

Trata-se, pois, de uma decisão objetivamente complexa, em que se contempla mais de uma resolução de mérito. Isto porque, “em razão da pluralidade de pretensões formuladas, o dispositivo do julgado apresentará vários capítulos ou decisões, uma cada pedido” (DONIZETTE, 2013, p. 860).

Vale citar ainda o ensinamento de Dinamarco:

Muito dificilmente uma sentença contém o julgamento de uma só pretensão, ou seja, uma só decisão. Basta pensar na condenação do vencido pelo custo financeiro do processo custas, honorários de sucumbência, a qual se resolve em um preceito, contido no dispositivo da sentença, que não se confunde com o julgamento do conflito que motivou o demandante a valer-se dos serviços do Poder Judiciário; no mesmo ato o juiz julga a causa e também dispõe sobre o modo como se regerá a responsabilidade por este custo, ainda quando o faça para dispensar o vencido de arcar com ele. [...] Não é adequado falar em sentença com um capítulo só, como às vezes se vê na doutrina. A sentença que não fosse portadora de duas ou mais decisões seria um todo unitário, sem divisão alguma em capítulos. Capítulo é porção, parte, parcela, segmento, ou seja, a unidade decorrente de uma divisão. É muito difícil conceber uma sentença sem mais de um capítulo, porque quase sempre há algo a ser decidido também quanto ao reembolso de despesas ou aos honorários da sucumbência (ainda que para negá-los); mas em uma decisão interlocutória essa unicidade é plenamente configurável (2004, p. 09).

Ressalta-se que os capítulos podem ser divididos em homogêneos ou heterogêneos, “conformem versem, ou não sobre questões da mesma natureza”. Ocorre a homogeneidade dos capítulos quando todos eles resolverem questões de mérito ou ainda quando versarem somente a respeito de preliminares processuais. Ao contrário, os capítulos serão heterogêneos quando solucionarem tanto questões processuais quanto de mérito (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 580).

Segundo leciona Dinamarco:

Cada capítulo do decisório, quer todos de mérito, quer heterogêneo, é uma unidade elementar autônoma, no sentido de que cada um deles expressa uma deliberação específica; cada uma dessas deliberações é distinta das contidas nos demais capítulos e resulta da verificação de pressupostos próprios, que não se confundem, com os pressupostos das outras. Nesse plano, a autonomia dos diversos capítulos de sentença revela apenas uma distinção funcional entre eles, sem que necessariamente todos sejam portadores de aptidão a constituir objeto de julgamentos separados, em processos distintos e mediante mais de uma sentença: a autonomia absoluta só se dá entre os capítulos de mérito, não, porém, em relação ao que contém no julgamento de pretensão deste (capítulo que aprecia preliminares). Na teoria dos capítulos de sentença autonomia não é sinônimo de independência, havendo capítulos que comportariam julgamento em outro processo e também, em alguns casos, um capítulo que não o comportaria (o que rejeita preliminares) (2004, p. 34).

De acordo com Humberto Theodoro Júnior, “as partes do julgamento que resolvem questões autônomas foram *per si* sentenças que ostentam vida própria, podendo cada qual ser mantida ou reformada sem prejuízo para as demais” (2014, p. 813).

A teoria dos capítulos autônomos da sentença corrobora para a razão de a apelação ser recebida em diferentes efeitos no que toca aos diferentes pleitos formulados, uma vez “pode haver diferenças no trato de um recurso, quando a sentença apelada contém capítulos sobre matéria sujeita a apelação dotada de efeito suspensivo e matéria sujeita a apelação de eficácia exclusivamente devolutiva”. É o caso, por exemplo, de um julgamento de ação de divórcio litigioso cumulada com pedido de alimentos em favor do filho do casal. O recurso de apelação interposto contra essa sentença terá efeito suspensivo e devolutivo em relação ao divórcio (CPC, art. 520, *caput*) e somente efeito devolutivo em relação aos alimentos (CPC, art. 520, II). Se não fossem reconhecidos os capítulos da sentença e, por conseguinte, a autonomia dos pedidos, a apelação teria que ser recebida nos mesmos efeitos no tocante a todos os pedidos julgados (DINAMARCO, 2004, p. 35).

Ademais, esse estudo é imprescindível, porquanto, em razão dos capítulos da sentença, a coisa julgada material poderá realizar-se em momentos diferentes em relação aos pedidos autônomos formulados durante o trâmite da ação, ou seja, haverá coisa julgada formada progressivamente.

Tal como na hipótese de uma ação que possui cumulação de pedidos de indenização por danos morais e materiais, em que ambos são julgados improcedentes e o autor apenas recorre dos danos materiais. Nesse caso, a parte não recorrida, a decisão no que toca à indenização por danos morais, já transita em julgado; enquanto que a sentença, em relação aos danos materiais, somente transitará quando transcorrido o prazo para recurso ou quando não houver outros recursos cabíveis contra a decisão (ALVIM, 2013, p. 695).

Nesse sentido, Câmara ensina:

Basta pensar na possibilidade de ter sido proferido sentença com dois capítulos de mérito, tendo sido interposto recurso para impugnar a decisão apenas quanto a um deles. Nesse caso, o capítulo não impugnado será alcançado pela coisa julgada desde logo e, se for título executivo, poderá ser executado em caráter definitivo. Já o outro, impugnado por recurso, ou

não poderá por ora ser executado, ou só poderá permitir (caso o recurso tenha sido recebido sem efeito suspensivo) que se instaure execução provisória. (2013, p. 496).

Disserta ainda Dinamarco:

Quando o recurso interposto é integral, abrangendo todos os capítulos de que se compõe o ato recorrido, não se opera preclusão alguma, notadamente a coisa julgada; quando ele é parcial, os capítulos da sentença não impugnados recebem a coisa julgada e tornam-se, a partir daí, inatacáveis (2004, p. 130).

Destarte, depreende-se que “impugnada apenas parcialmente a sentença, os capítulos não impugnados transitam em julgado, operando-se a coisa julgada material” (DIDIER JR.; CUNHA, 2013, p. 417).

Conclui-se, portanto, que para a doutrina há possibilidade de formação da coisa julgada progressivamente em razão da interposição de recurso para reforma de apenas um ou mais dos capítulos autônomos, o que, conforme se analisará nos próximos tópicos, influenciará diretamente no prazo para propositura da ação rescisória, bem como na possibilidade de existência ou não de mais de uma rescisória em relação a um mesmo processo.

3. AÇÃO RESCISÓRIA

Neste capítulo, analisar-se-á a ação rescisória, examinando os seus pressupostos e cabimento, bem como a legitimidade, competência e prazo decadencial para propositura, culminando com o objeto central deste estudo.

3.1 FUNDAMENTO

Conforme já exposto no capítulo anterior, operada a coisa julgada material, a sentença proferida torna-se indiscutível e imutável. Contudo, em razão da possibilidade de existência de sentenças que contenham alguma nulidade ou vício, o ordenamento jurídico brasileiro prevê a ação rescisória como uma forma de rescindir a coisa julgada, permitindo ao interessado reverter o prejuízo sofrido por meio de uma nova ação judicial, na qual requer a desconstituição do provimento jurisdicional (GERAIGE NETO, 2010, p. 40).

Isto porque, “[...] nos julgamentos humanos, podem ocorrer falhas de tal gravidade que a lei permite sua revisão, em que pesem os motivos de ordem pública que justifiquem sua imutabilidade” (SANTOS, 2011, p. 857).

Nas palavras de Bueno a “chamada ação rescisória tem como principal finalidade a desconstituição da coisa julgada (material) que recai sobre a decisão que tenha apreciado o mérito [...]” (2011, p. 359). O autor explica ainda que:

A ação rescisória objetiva, embora não exclusivamente, extirpar do ordenamento jurídico a coisa julgada que recai sobre decisões que contenham *nulidades absolutas* ou que sejam proferidas em processo absolutamente nulo, isto é, que se tenham desenvolvido sem algum pressuposto processual de validade e que, não obstante o seu trânsito em julgado, subsistem a ele, Posto serem *nulas* tais decisões e/ou os processos em que proferidas, elas surtem seus regulares efeitos, porque ficam protegidas pela coisa julgada, e, por isto mesmo, impõem que a coisa julgada seja desconstituída pelo Estado-juiz, viabilizando, em consequência, a retirada do vício (2011, p. 359).

Portanto, ação rescisória tem como fundamento eliminar a coisa julgada viciada do ordenamento jurídico. Visa à desconstituição da coisa julgada, visto que é exatamente o que está impedindo a sentença já proferida de ser novamente discutida. Ela retira tal obstáculo para que o órgão julgador possa “rejulgar a matéria objeto de apreciação da sentença rescindida” (CÂMARA, 2013, p. 13).

3.2 NATUREZA JURÍDICA

A ação rescisória, como o próprio nome diz, não se trata de um recurso, visto que não está prevista por lei como tal, porém sim como uma ação de autônoma de impugnação, uma vez que estabelece um novo processo e uma nova relação jurídica processual, diferentemente dos recursos que são interpostos dentro da demanda já existente (DIDIER JR., CUNHA, 2013, p. 391).

Tal distinção resta evidente no que toca à época em que cabe a rescisão e quando cabe o recurso. Ação rescisória só poderá ser ajuizada após operada a coisa julgada, ou seja, após o término do processo, enquanto o recurso deverá ser interposto no mesmo processo em que foi prolatada a sentença e antes de seu término (CÂMARA, 2013, p. 14).

Acerca das diferenças entre ação rescisória e recurso leciona Theodoro Júnior:

O *recurso* visa a evitar ou minimizar o risco de injustiça do julgamento único. Esgotada a possibilidade de impugnação recursal, a *coisa julgada* entra em cena para garantir a estabilidade das relações jurídicas, muito embora corra o risco de acobertar alguma injustiça latente no julgamento. Surge, por último, a ação rescisória que colina reparar a injustiça da sentença trânsita em julgado, quando o seu grau de imperfeição é de tal grandeza que supera a necessidade de segurança tutelada pela *res iudicata*. A ação rescisória é tecnicamente *ação*, portanto. Visa a rescindir, a romper, a cindir a sentença como ato jurídico viciado. Conceituam-na Bueno Vidigal e Amaral dos Santos como “a ação pela qual se pede a declaração de nulidade da sentença”. Assim, hoje, não se pode mais pôr em dúvida que a rescisória “é ação tendente à sentença constitutiva” (THEODOR JÚNIOR, 2014, p. 784).

Há que se dizer ainda que a natureza jurídica da rescisória é de ação autônoma de impugnação, porquanto trata-se de uma nova ação, estabelecendo nova relação jurídica processual, bem como visa à desconstituição da decisão judicial, com a reapreciação da matéria em novo julgamento (DIDIER JR., CUNHA, 2013, p. 391).

Destaca-se o ensinamento de Gonçalves acerca do tema:

A lei prevê uma ação autônoma de impugnação, que visa desconstituir a sentença transita em julgado, postulando eventualmente a reapreciação daquilo que já estava decidido em caráter definitivo. É a última oportunidade que se dá ao interessado para tentar desfazer a decisão. Não se trata mais de um recuso, porque estes já foram esgotados, mas de uma ação

autônoma, de cunho cognitivo e natureza desconstitutiva, que procura desfazer o julgado (2013, p. 181).

Colhe-se, portanto, que a ação rescisória trata-se de ação autônoma, pois institui novo processo e nova relação jurídica entre as partes; e de impugnação, porquanto impugna a sentença rescindenda, visando, por conseguinte, o seu reexame (DONIZETT, 2013, p. 842).

3.3 PRESSUPOSTOS

A base legal da ação rescisória está prevista no *caput* do artigo 485 do Código de Processo Civil, o qual dispõe: “A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando [...] (BRASIL, 2015a)”.

A partir desse dispositivo legal percebe-se que via de regra é cabível a propositura da ação rescisória para rescindir as sentenças definitivas, isto é, sentenças que tenham extinguido o feito com resolução de mérito, enquanto em relação às sentenças terminativas (sem resolução de mérito), a rescisória seria juridicamente impossível, porquanto não formada a coisa julgada material, mas apenas a formal (CÂMARA, 2013, p. 15).

Nesse viés o entendimento de Pinho.

Sua admissibilidade diz respeito apenas às decisões passíveis de rescisão, que são as sentenças de mérito (art. 485, CPC), nas quais se vislumbra uma das cinco hipóteses do art. 269, CPC, sendo estas as sentenças sobre as quais se formará a coisa julgada material .

De igual modo manifesta-se Theodoro Júnior:

No regime do Código revogado, era possível a rescisão tanto das sentenças de mérito como das de conteúdo meramente processual. Pelo novo Código, a ação rescisória só é viável nos casos de sentença de mérito (art. 485). É que as sentenças *terminativas* não fazem coisa julgada sobre a lide e, por isso, não impedem que a parte renove a propositura da ação (art. 268). E não ocorrendo a *res iudicata* não há como falar em ação rescisória (2014, p. 785).

Contudo, em que pese a corrente majoritária da doutrina ter consolidado entendimento no sentido que a ação rescisória somente é cabível contra sentenças

de mérito, as quais são acobertadas pela coisa julgada material, explica Freddie Didier Jr. e Leonardo Carneiro da Cunha que há o entendimento que admite a rescisória de sentenças terminativas quando o processo foi extinto em razão da coisa julgada, perempção e litispendência (CPC, art. 267, V), uma vez que o próprio CPC prevê, no artigo 268, o impedimento da repropositura da ação nestes casos, pois “adquirem status semelhante aos daqueles que ficam submetidos à coisa julgada material” (2013, p. 398).

Aponta-se inclusive que o novo Código de Processo permite o cabimento da ação rescisória na hipótese acima descrita, conforme se extrai da redação artigo 966, §2º, I: “Nas hipóteses previstas nos incisos do caput, será rescindível a decisão transitada em julgado que, embora não seja de mérito, impeça: I - nova propositura da demanda;” (BRASIL, 2015b).

Não obstante, esclarece-se que a palavra sentença, usada no atual artigo 485 do Código de Processo Civil, possui sentido amplo, incluindo qualquer decisório que analise o mérito, como os acórdãos das instâncias superiores, as decisões interlocutórias do juiz *a quo* e as decisões monocráticas do relator (DONIZETTI, 2013, p. 843).

Theodoro Júnior disserta acerca do assunto:

[...] a coisa julgada não é fenômeno exclusivo da sentença em sentido estrito. Uma vez que questões de mérito podem, eventualmente, ser resolvidas em decisões interlocutórias, também estas podem revestir-se da autoridade da coisa julgada material, e, sendo o caso, podem ser objeto da ação rescisória. Assim, a expressão “sentença de mérito transitada em julgado”, a que alude o art. 485, deve ser entendida como compreensiva de um gênero que alcança todas as decisões judiciais definitivas, sejam singular ou coletiva, ocorridas em qualquer grau de jurisdição, compreendo, pois, sentenças, decisões interlocutórias, acórdãos e julgamento monocráticos permitidos nas instâncias superiores, desde, é claro, que contenham resolução fatal do mérito (2014, p. 785-786).

É o caso, por exemplo, da decisão interlocutória que exclui do polo um litisconsorte por considerar que contra ele já ocorreu a prescrição. Tal decisão não põe fim ao processo, mas, por seu conteúdo ter entrado no mérito da questão, contra ela é cabível a ação rescisória (ALVIM, 2013, p. 1050).

Sendo assim, colhe-se que tanto as sentenças definitivas quanto as decisões de mérito são passíveis de rescisão quando viciadas por algumas das hipóteses previstas no artigo 485 do Código de Processo Civil, desde que operado o trânsito em julgado ou preclusão.

3.4 HIPÓTESES DE CABIMENTO

Para propor a ação rescisória, necessário que haja a ocorrência de alguma das hipóteses previstas no artigo 485 do Código de Processo Civil, o qual apresenta em seus incisos um rol taxativo de situações para seu cabimento (MARINONI, ARENHART, 2011, p. 654).

Com rol taxativo quer-se dizer que não há espaço para interpretação ampliativa ou analógica, sendo a rescisória cabível unicamente nos casos estabelecidos no mencionado artigo (BUENO, 2011, p. 374).

Como explica Santos, isto ocorre porquanto,

Por ser a coisa julgada matéria de ordem pública, a ação rescisória só pode ser proposta nos casos previstos em lei, sem que se permita a interpretação extensiva (art. 485). A má apreciação da prova e a injustiça da decisão não a justificam, a não ser quando ocorrer qualquer das hipóteses previstas em lei (2011b, p. 859).

Realizada tal consideração, passa-se à análise das situações de cabimento da rescisória.

a) verificar-se a prevaricação, concussão ou corrupção do juiz que prolatou a sentença (inciso I).

Trata-se de condutas criminosas típicas estabelecidas pelo Código Penal. No Código de Processo Civil anterior falava-se apenas em “juiz peitado”, o qual era corrompido por suborno. No atual Código, harmonizou-se com a linguagem do Código Penal, especificando “a conduta do juiz subornado segundo a nomenclatura técnica do referido Código” (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 778).

Utilizava-se o termo “juiz peitado”, porquanto a concussão, corrupção passiva e prevaricação eram chamados, na legislação penal mais antiga, de “peita ou suborno” (CÂMARA, 2013, p. 15).

A concussão se consubstancia em “exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida” (CP, art. 316). No que toca à prevaricação, essa diz respeito ao ato de “retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento

pessoal” (CP, art. 317). A corrupção passiva, por sua vez, consiste em “solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem” (CP, art. 317) (BRASIL, 2015e).

Destaca-se, ademais, que para a propositura da ação rescisória, não se faz necessária a prévia condenação criminal do juiz pela prática de um dos crimes elencados e nem a instauração de inquérito policial, podendo a parte requerente da rescisória produzir as provas pertinentes na própria esfera cível (ALVIM, 2013, p. 1055).

b) proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente (inciso II).

O impedimento do juiz, causa de rescindibilidade da sentença, tem suas hipóteses dispostas no artigo 134 e 136 do Código de Processo Civil (DIDIER JR., CUNHA, 2013, p. 427), os quais estabelecem:

Art. 134. É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário:

I - de que for parte;

II - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como órgão do Ministério Público, ou prestou depoimento como testemunha;

III - que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão;

IV - quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consangüíneo ou afim, em linha reta; ou na linha colateral até o segundo grau;

V - quando cônjuge, parente, consangüíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau;

VI - quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa (BRASIL, 2015a).

Art. 136. Quando dois ou mais juízes forem parentes, consangüíneos ou afins, em linha reta e no segundo grau na linha colateral, o primeiro, que conhecer da causa no tribunal, impede que o outro participe do julgamento; caso em que o segundo se escusará, remetendo o processo ao seu substituto legal (BRASIL, 2015a).

Ocorrendo o impedimento do juiz a sentença por ele proferida é nula, podendo assim ser reconhecida pela Segunda Instância em sede de recurso. Contudo, não havendo a interposição de recurso ou mantida a sentença de primeiro grau, tal nulidade é sanável pela coisa julgada, sendo permitida então somente sua discutibilidade por meio da rescisória (SANTOS, 2011, p. 861).

Além disso, para o cabimento e acolhimento da rescisória, é imperativo que o juiz impedido tenha prolatado a sentença rescindenda e não apenas participado ou atuado no processo. Já no caso de órgão colegiado, o acórdão é rescindível quando o voto do julgador impedido “tiver concorrido para o resultado ou formação da maioria. Não é suficiente que o julgador tenha participado do julgamento; exige-se que seu voto seja um dos vencedores” (DIDIER JR. CUNHA, 2013, p. 426).

Vale destacar ainda que a suspeição não é motivo ensejador da ação rescisória, visto que “o sistema processual vigente considera o impedimento vício mais grave que a suspeição, determinando sua sobrevivência ao trânsito em julgado” (CÂMARA, 2013, p. 17).

Acerca da distinção entre suspeição e impedimento, explica Donizetti:

A suspeição, ao contrário do impedimento, não impossibilita o juiz de exercer a jurisdição do processo. No caso de suspeição (art. 135), cabe à parte que entender ausente a garantia da imparcialidade, excepcionar o juízo, por meio da exceção própria. Se assim não proceder no momento oportuno e o juiz proferir sentença, essa não será anulável, pelo que não ensejará ação rescisória (2013, p. 846).

Quanto à incompetência do juízo, a mesma pode ser absoluta ou relativa. A primeira verifica-se quando o juiz exerce a jurisdição “em desrespeito aos critérios da matéria, da pessoa e do critério funcional”. Cita-se, a título de exemplificação, o caso em que o juiz estadual julga uma demanda em que há como parte a União (DONIZETTI, 2013, p. 847).

A incompetência relativa, por outro lado, é guiada pelos critérios de fixação em razão do valor da causa ou em virtude do território, e, por não ser questão de ordem pública, sua não arguição no prazo legal, por meio de exceção de incompetência, convalidará o vício (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 789).

Todavia, a ação rescisória é cabível somente em relação à incompetência absoluta, por ser questão de ordem pública e tratar de nulidade absoluta, a qual pode ser reconhecida em qualquer grau de jurisdição (BUENO, 2011, p. 376).

Sobre o tema, acentuam Didier Jr. e Cunha:

O que enseja a ação rescisória é a incompetência *absoluta*. Não cabe ação rescisória por ter havido incompetência relativa do juízo. Esta – uma vez não arguida – restou prorrogada, modificada, convalidada: o juízo, que era incompetente, se tornou competente. Assim, ajuizada, por exemplo,

determinada demanda em foro incompetente, a falta de exceção de incompetência faz com que o juízo se torne competente, convalidando-se o vício, não cabendo, portanto, a ação rescisória (2013, p. 427).

c) resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei (inciso III).

“A prática de atos dolosos por um das partes visando ao proferimento de decisão que lhe seja favorável conduz à nulidade da decisão, que passa a ser rescindível” (BUENO, 2011, p. 377).

Segundo Wambier e Talamini, para configurar tal causa de rescindibilidade, o dolo deverá ser obrigatoriamente do vencedor, assim como deve existir nexo causal entre o dolo a sentença cuja rescisão se pretende (2010, p. 755).

Para Gonçalves:

Ocorre o dolo da parte vencedora quando ela engana o juiz ou a parte contrária para influenciar o resultado do julgamento. Um dos deveres dos litigantes é o agir com lealdade e boa-fé. Se um deles emprega ardis para induzir em erro o adversário ou o juiz a respeito de fatos relevantes para a causa, que influenciam no julgamento, haverá o dolo. Barbosa Moreira oferece exemplos: O autor obstou a que o réu tomasse conhecimento real da propositura da ação, ou de qualquer modo o levou a ficar revel; o litigante vitorioso criou empecilho, de caso pensado, à produção de prova que sabia vantajosa para o adversário, subtraiu ou inutilizou documento por este juntado nos autos [...] (2013, p. 185).

Ressalta-se que havendo litisconsórcio, a conduta dolosa de apenas um dos litisconsortes é suficiente para rescindir a sentença prolatada, não ocorrendo, contudo, tal hipótese quando a sentença tiver capítulos autônomos para cada litisconsorte, sendo então a decisão rescindida somente em relação ao litisconsorte que teve a conduta dolosa, ensejando, por conseguinte, uma rescisória parcial (ALVIM, 2013, p. 1059).

No que se refere à colusão, essa caracteriza-se “pelo ajuste havido entre as partes, a fim de, por meio do processo, satisfazerem propósito ilícito em fraude a lei” (PORTO, 2009, p. 115).

Sobre o assunto leciona Santos:

Às vezes, as partes, pretendendo atingir determinados fins proibidos em lei, simulam o litígio e instauram processo, em conluio, para que os objetivos, por vias indiretas, possam ser alcançados. A concubina, por exemplo, aciona o concubino, reivindicando coisa, para, com assentimento dele, concretizar uma real doação, proibida por lei (CC/2002, art. 550) Marido faz pedido reivindicatório contra o pai, dizendo-se proprietário de determinado

bem, para fraudar, com o assentimento deste último, a lei que proíbe doação de parte do patrimônio, em prejuízo dos herdeiros necessários. São casos que também autorizam a ação rescisória. A colusão entre as partes tem por fim fraudar a lei. Fraude à lei, no entanto, em tais casos, tem sentido mais amplo, entendendo-se como tal toda manobra, veiculada através do processo simulado, para atingir fins proibidos ou mesmo para prejudicar terceiros (2011b, p. 864).

Por conseguinte, resta visível que o inciso III detém como objetivo evitar que as partes usem o processo para cometer atos ilícitos (MARINONI, ARENHART, 2011, p. 654).

d) ofender a coisa julgada (inciso IV).

Esclarece-se, inicialmente, que a ofensa à coisa julgada mencionada no dispositivo legal refere-se à material, a qual recai sobre a sentença de mérito e cujos efeitos são a imutabilidade e indiscutibilidade da decisão judicial prolatada (BUENO, 2011, p. 377).

Com ofensa à coisa julgada, quer-se dizer que há duas sentenças de mérito cujas demandas detêm a mesma causa de pedir, mesmo pedido e mesmas partes, isto é, foi ajuizada ação idêntica a uma já julgada, ocorrendo, por consequência, a existência de desrespeito à primeira decisão em razão de outra posterior que decidiu acerca da mesma matéria, quando assim não podia proceder. Por conta disso, há possibilidade de rescisão da segunda decisão (PORTO, 2009, p. 116).

Entende Theodoro Júnior:

Após o trânsito em julgado, cria-se para os órgãos judiciários uma impossibilidade de voltar a decidir a questão que foi objeto da sentença. Qualquer nova decisão, entre as mesmas partes, violará a intangibilidade da *res iudicata*. E a sentença obtida, ainda que confirme a anterior, será rescindível, dado o impedimento em que se achava o juiz de proferir nova decisão (2014, p. 790).

Nesse caso, para Theodoro Júnior, enquanto não proposta a ação rescisória, prevalece o último pronunciamento judicial em detrimento do primeiro e, mesmo quando não ajuizada tal demanda, havendo o decurso do prazo de dois anos, a segunda sentença será a válida “e somente a deixaria de sê-lo se tempestivamente rescindida” (2014, p. 791).

Ao contrário, segundo Gonçalves, o primeiro pronunciamento deverá se sobrepor ao segundo, visto que esse, ao ser proferido, ofendeu a coisa julgada, razão pela qual é válido (2013, p. 186-187).

e) violar literal disposição de lei (inciso V).

Se no julgamento o juiz não respeitar ou “não observar regra expressa de direito (que deveria regular a situação concreta que lhe foi submetida), sua decisão não representa a vontade do Estado sobre a questão julgada, não podendo por isso prevalecer” (MARINONI, ARENHART, 2011, p. 665).

Esclarece-se que a expressão lei, empregada no inciso V do artigo 485 do Código de Processo Civil, deve ser interpretada em sentido amplo, inclusive quando há desrespeito a “dispositivo da Constituição Federal, medidas provisórias, decretos, leis ordinárias, leis delegadas, etc” (ALVIM, 2013, p. 1063).

Nesse viés, doutrina Didier Jr. e Cunha:

É ponto incontroverso na doutrina e jurisprudência que a lei, tal como empregado no dispositivo, constitui expressão ampla, abrangendo tanto a lei estrangeira como a nacional, tanto a material como a processual, tanto a infraconstitucional como a constitucional. A expressão lei está, aí, abrangendo a lei complementar, a ordinária, a delegada, a medida provisória, o decreto e qualquer outro ato de conteúdo normativo. Inclui, ainda, os costumes (2013, p. 436).

Imperioso mencionar ainda que, após muita discussão doutrinária, prevaleceu o posicionamento de que é cabível a rescisória tanto nos casos de violação de norma de natureza material quanto de norma de natureza processual. A corrente minoritária, seguida por Pontes de Miranda, afirmava que não caberia ação rescisória em razão da violação de norma processual, visto que ilegalidade processual precluiria com os efeitos da coisa julgada (PINHO, 2012, p. 1110-111).

Câmara comunga com o entendimento que é possível ação rescisória contra norma de direito processual:

Tantos as normas jurídicas matérias quanto as processuais, uma vez violadas, permitem a rescisão da sentença. Assim, por exemplo, será rescindível a sentença que julgue *ultra petita* e *extra petita*, violando preceito decorrente de norma processual, da mesma forma que será rescindível a sentença que violar regra de direito material, como a que decretar o despejo de ex-companheira do locatário que deixa o imóvel, por considerar que esta não pode ser considerada sucessora da posição contratual do locatário, negando o disposto no art. 12 da Lei de Locações (2013, p. 21).

O Supremo Tribunal Federal, por meio da Súmula 343, adotou o posicionamento no sentido de que “não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais” (BRASIL, 2015f) (PORTO, 2009, p. 119).

Isto porque a ação rescisória não serve como instrumento de uniformização da jurisprudência, sendo plenamente possível a existência de duas sentenças contrárias sobre a mesma matéria, sem que nenhuma delas viole disposição literal da lei em virtude de sua interpretação diversa pelos magistrados (SANTOS, 2011b, p. 866).

Assim, tem-se que “há violação literal da lei quando a sentença, erroneamente, nega vigência ao dispositivo legal, ou deixa de aplicá-lo. [...] Também rescindíveis seriam as decisões fundamentadas em preceito legal não mais em vigor” (SANTOS, 2011b, p. 867).

f) se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória (inciso VI).

A prova maculada, a qual tenha sido utilizada para dar lastro à sentença, é causa ensejadora da ação rescisória, havendo, contudo, a necessidade de que a prova falsa tenha sido decisiva para o resultado do pronunciamento judicial. Assim, ainda que o processo contenha uma prova falsa, se a mesma não influenciou a sentença prolatada, não é possível a rescisão. Caso exista mais de um fundamento que embase a decisão, não é cabível a rescisória, haja vista que para sua propositura é indispensável que, sem a prova falsa, não pudesse subsistir a sentença (DONIZETTI, 2013, p. 851).

Leciona Theodoro Júnior que:

A prova da falsidade tanto pode ser apurada em processo criminal como a produzida nos próprios autos da ação rescisória. Se houver a ação criminal declaratória de falsidade, sobre esse vício não mais se discutirá na rescisória. A controvérsia poderá girar apenas sobre ter sido, ou não, a prova falsa o fundamento da decisão rescindenda. Toda e qualquer espécie de prova pode ser arguida de falsa. Nem se deve distinguir entre a falsidade material e ideológica (2014, p. 794).

Vale elucidar que se reconhecida a falsidade da prova em ação declaratória ou em incidente de falsidade no curso de outro feito, ainda assim “não será excluída a necessidade da prova da falsidade em ação rescisória, tendo o

órgão julgador da ação rescisória integral liberdade de apreciação, mas a sentença cível será importante elemento de convicção” (PINHO, 2012, p. 1111).

g) depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável (inciso VII).

Existindo documento novo, o qual era desconhecido pela parte durante a tramitação do processo ou ainda que não pudesse utilizar, é plenamente cabível a rescisão da sentença prolatada, desde que tal documento tenha o condão de assegurar um pronunciamento favorável ao autor da rescisória (MARINONI, ARENHART, 2011, p. 657).

O documento novo mencionado refere-se àquele já existente durante o pronunciamento judicial e não ao que se formou após sua prolação. Acentua-se ainda que não poderá ser considerado documento novo aquele que não apresentado “por desídia ou negligência, cuja existência se conhecia, ou cuja obtenção era acessível. Não cabe a ação rescisória se a parte interessada deixou de apresentar o documento por sua culpa” (GONÇALVES, 2013, p. 189).

Disserta Câmara acerca do inciso VII:

Trata-se de dispositivo que permite um paradoxo, já que, por força de sua incidência, é mais fácil rescindir a coisa julgada do que impedir sua formação. Isto porque a obtenção de documento novo não aproveita à parte durante a pendência do processo, quando se quer interpor recurso especial ou extraordinário, onde somente se pode discutir matéria de direito (e não matéria de fato). Assim sendo, não poderá a parte reformar a sentença no mesmo processo em que proferida, mas terá a possibilidade de obter sua rescisão, após a formação da coisa julgada substancial (2013, p. 22).

Frisa-se, outrossim, que a juntada do documento novo é condição de admissibilidade da ação rescisória nos casos de rescindibilidade em virtude do VII do artigo 485 do Código de Processo Civil, e, quando a parte não possuir tal documento, deverá ajuizar, antes da rescisória, ação cautelar de exibição de documento (ALVIM, 2013, p. 1071).

h) houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença (inciso VIII).

Com efeito, para a procedência do pedido ação rescisória não basta que a confissão, desistência ou transação sejam passíveis de invalidação, é imperioso que a decisão judicial tenha utilizado como base um desses atos viciados. Nos casos de desistência e transação, por óbvio, a sentença será baseada nesses atos jurídicos, visto que o magistrado limita-se a homologar o acordo realizado pelas partes ou a desistência do autor. No que toca à confissão, é imprescindível “a demonstração de que a sentença rescindenda a teve por fundamento. Se a conclusão do julgador foi extraída de convicção que prescinde da confissão, o vício desta não atinge a sentença” (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 795).

Em relação à desistência, discorre Vicente Greco Filho que:

[...] não utilizou o Código, nesta passagem, o termo técnico adequado, porque a desistência, que se refere à ação, determina a extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267, VIII). Ora, a extinção sem julgamento do mérito não enseja sentença rescindível, daí se deve entender a desistência do direito, que, na terminologia do Código, é a renúncia (art. 269, V). Igualmente, a desistência (renúncia do direito) deve ser resultado de erro, dolo ou coação para justificar a rescisão. Impossível se houve apenas o arrependimento (apud. PORTO, 2009, p. 126).

De igual modo, a confissão deverá ser interpretada em seu sentido amplo, abrangendo inclusive o reconhecimento do pedido pelo réu (PINHO, 2012, p. 1112). Isto porque, conforme o artigo 269 do Código de Processo Civil, é o reconhecimento jurídico do pedido que enseja a sentença de mérito, e não a confissão (WAMBIER, TALAMINI, 2010, p. 445).

Acerca do assunto, dispõe Donizetti:

[...] A confissão, o reconhecimento da procedência do pedido pelo réu, a renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação e a transação são negócios jurídicos e, como tais, podem ser anulados desde que contenham pelo menos um dos defeitos elencados no art. 171 do CC (incapacidade relativa do agente, erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores). Assim, como negócios jurídicos isolados podem eles ser anulados via ação anulatória, com base num dos vícios apontados. Todavia, servindo esses atos de base para a sentença de mérito transitada em julgado, a coisa julgada os envolve e por isso não mais se cogita da anulação do ato isolado, mas sim da rescisão da sentença (2013, p. 853).

Ademais, necessário ressaltar o disposto no artigo 352, II, do Código de Processo Civil, cuja redação prevê que: “A confissão, quando emanar de erro, dolo ou coação, pode ser revogada: II - por ação rescisória, depois de transitada em julgado a sentença, da qual constituir o único fundamento” (BRASIL, 2015a).

A respeito desse dispositivo legal, tem-se que as hipóteses ali apresentadas para cabimento da ação rescisória, isto é, erro, dolo ou coação, são meramente exemplificativas, sendo possível que a confissão seja viciada por outras razões, como a ausência de poderes do procurador, visto que o inciso VIII não limita as hipóteses, permitindo qualquer fundamento para invalidar o ato (ALVIM, 2013, p. 1072).

i) fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa (inciso IX).

Por fim, o erro de fato é fundamento para a rescisão do pronunciamento judicial, encontrando-se sua explicação no parágrafo primeiro do mesmo dispositivo legal, o qual prevê que “há erro, quando a sentença admitir um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido” (BRASIL, 2015a).

Acerca desse inciso, a título de exemplificação, cita-se a situação hipotética em que o juiz, com base em contrato escrito de depósito, prolata sentença determinando a devolução do objeto pelo depositário, contudo, o bem nunca foi entregue ao mesmo (SANTOS, 2011b, p. 869).

Segundo Câmara, o que de fato o dispositivo quer dizer é que “rescindível a sentença que se funda erro de fato que transparece dos autos e documentos do processo” (2013, p. 24).

Portanto, a constatação do erro de fato deve ser verificável a partir do simples exame dos documentos do próprio processo, não se admitindo na ação rescisória a produção de provas para que se comprove o erro ocorrido (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 796).

Imprescindível falar ainda que para o erro de fato ser fundamento da ação rescisória é preciso que o mesmo tenha nexos causal direto com a sentença proferida, ou seja, o erro tenha influenciado fundamentalmente no julgamento e, sem ele, o pronunciamento teria sido diferente (ALVIM, 2013, p. 1074).

No que diz respeito ao inciso IX, ainda dispõe o parágrafo segundo, cujo teor afirma que “é indispensável, num como noutro caso, que não tenha havido controvérsia, nem pronunciamento judicial sobre o fato” (BRASIL, 2015a).

Comenta Gonçalves sobre o parágrafo segundo:

O texto é de difícil compreensão. Se não houve pronunciamento judicial sobre o fato, como é possível ter havido erro? O erro exatamente é o acolhimento de um fato inexistente como existente, ou o contrário. O que a lei quer dizer, porém, é o seguinte: o erro de fato, para ensejar a ação rescisória, não pode ser aquele que resultou de uma escolha ou opção do juiz diante de uma controvérsia. O erro, no caso relevante, é o que passou despercebido, o qual deu como existente um fato inexistente ou vice-versa. Se a existência ou inexistência de um fato foi ponto controvertido e o juiz optou por uma das versões, ainda que erradamente, não será a rescisória procedente (2013, p. 190).

Nesse cenário, se ajuizado um processo visando à cobrança de dívida decorrente de contrato mútuo, a qual já estava quitada, e o juiz, ao decidir a causa, nada se manifestar acerca do pagamento, e mesmo assim condenar o réu, tal sentença é passível de rescisão, porquanto não considerou como existente o fato de ter ocorrido o pagamento do débito. Por sua vez, se o magistrado, na sentença, negar expressamente o pagamento, não o reconhecendo como válido, não será cabível a ação rescisória. “Não se pode confundir falta de apreciação da prova (que permite a rescisão) com má apreciação da prova” (CÂMARA, 2013, p. 26).

3.5 LEGITIMIDADE

Nos termos do artigo 487 do Código de Processo Civil, possui legitimidade para ajuizar a ação rescisória qualquer das partes do processo em que restou prolatada a sentença cuja rescisão se pretende, seus sucessores a qualquer título, o terceiro juridicamente interessado e o Ministério Público (CÂMARA, 2013, p. 27).

Art. 487. Tem legitimidade para propor a ação:

- I – quem foi parte no processo ou o seu sucessor a título universal ou singular;
- II – o terceiro juridicamente interessado;
- III – o Ministério Público:
 - a) se não foi ouvido no processo, em que lhe era obrigatória a intervenção;
 - b) quando a sentença é o efeito de colusão das partes, a fim de fraudar a lei (BRASIL, 2015a).

No inciso I no dispositivo legal supra, resta legitimado para ajuizar a ação rescisória qualquer das partes que compuseram os polos da ação cuja sentença pretende-se rescindir (autor, réu, interveniente), bem como os seus sucessores, sejam a título universal (herdeiros em razão do falecimento da parte principal), ou singular (cessão de direitos, contrato de compra e venda do imóvel que foi objeto de processo de demarcação), por exemplo (SANTOS, 2011b, p. 874).

Neste tópico, necessário dizer que não importa se o legitimado integrou a relação jurídica processual desde o início do processo ou ingressou no curso do feito. Entretanto, a pessoa que já não era mais parte na época que prolatada a sentença não possui legitimidade (PINHO, 2012, p. 1103).

O inciso II confere legitimidade ao terceiro juridicamente interessado que é “aquele que, por manter uma relação jurídica com o vencido, suportou os efeitos indiretos da coisa julgada material”. Destaca-se que o interesse do terceiro deverá ser jurídico e não de fato, como ocorre na assistência. Cita-se, a título de exemplificação, o adquirente da coisa litigiosa ou o promissário comprador em face de sentença proferida em ação de reivindicatória contrária ao promitente vendedor (DONIZZETI, 2013, p. 856-857).

Santos explica a distinção entre o interesse jurídico e o de fato:

Terceiro interessado de simples fato é o que poderia ser beneficiado ou prejudicado pela decisão, mas sem que sua relação jurídica com qualquer das partes sofresse influência. É a hipótese do credor que suporta a diminuição de garantia de seu crédito, quando o devedor perde demanda reivindicatória ou se vê condenado a pagar outra dívida. Também o é a de um terceiro que usa servidão de outrem, para facilitar o trânsito a seu imóvel. Em qualquer das hipóteses formuladas, o terceiro revela interesse em não ver diminuído o patrimônio de seu devedor, como também na continuação da servidão de prédio que não seja seu. Seu interesse, contudo, *é de puro fato*, porque relação jurídica alguma de que é titular sofre influência da sentença. O patrimônio do devedor pode sofrer diminuição, mas a relação do débito e crédito continua a mesma; a servidão do prédio vizinho, sendo cancelada, juridicamente não afeta o terceiro, por não estar a ela vinculada nenhuma relação jurídica sua. Terceiro juridicamente interessado é o que sofre influência em sua relação jurídica [...]. Embora a coisa julgada não atinja o terceiro, por força de sua limitação subjetiva (art. 472), há casos em que a decisão se torna prejudicial da relação de direito material de que é ele titular. Não é a eficácia da coisa julgada que o prejudica, mas as condições de existência do próprio direito material, prejudicado pela decisão. Julgado procedente o pedido reivindicatório, prejudicado fica o contrato de locação feito pelo réu, na qualidade de proprietário, com terceiro. Instituído o usufruto, uso ou habitação, se o aparente proprietário for demandado e se for reconhecido não ser ele titular de direito de propriedade, sem nenhuma validade fica tendo o direito real de gozo por ele instituído. O mesmo acontece com a garantia hipotecária, se quem a deu for julgado não proprietário. O sublocatário fica também com o seu contrato sem validade, se o locatário-sublocador for despejado (2011b, p. 875-876).

Quanto ao Ministério Público, esse detém sua legitimidade em virtude do inciso III do artigo 485 do CPC, nas hipóteses em que deveria ter sido ouvido no processo em que atuaria como fiscal da ordem jurídica (alínea “a”) e/ou nos casos

em que ocorrida a colusão entre as partes como o intuito de fraudar a lei (alínea “b”), sem olvidar, é claro, a legitimidade nos processos em que foi parte, conferida essa pelo inciso I (ALVIM, 2013, p. 1080).

Explana Gonçalves que:

Os primeiros legitimados são as partes, o autor e o réu da ação em que se proferiu a sentença rescindenda. Se nesta havia litisconsórcio ativo ou passivo, qualquer deles terá legitimidade. Em caso de falecimento da parte, legitima-se o seu sucessor, e, em caso de alienação de coisa litigiosa, o adquirente ou o cessionário do direito (CPC, art. 42). [...] Também são legitimados os terceiros juridicamente interessados. Não basta o interesse meramente econômico. Trata-se do mesmo interesse que o permitiria o ingresso de assistente no processo de conhecimento. O terceiro interessado é aquele que terá sua esfera jurídica reflexamente atingida pela decisão. Ou seja, o que tem relação jurídica com uma das partes, que será atingida pela decisão, de forma reflexa. Se quiser, poderá ingressar no processo ainda em andamento, como assistente simples. Mas, se não o fizer a tempo, poderá valer-se, no momento oportuno, na rescisória. Por fim, a lei atribui ao Ministério Público legitimidade para propor a ação. Esse artigo refere-se ao *parquet* enquanto fiscal da lei, já que, enquanto parte, terá legitimidade por força do inciso I do art. 478. O Ministério Público tem legitimidade para ajuizamento da ação rescisória em duas situações. Quando não ouvido no processo anterior, em que sua intervenção era obrigatória, e no caso de sentença oriunda de colusão (CPC, art. 487, a e b). Fora disso, não terá. No primeiro caso, a ação terá por fundamento o inciso V do art. 485, qual seja, aquele que admite em caso de violação a literal disposição de lei. No segundo – colusão – o Ministério Público poderá ajuizar a rescisória, independentemente de ter intervindo ou não no processo anterior, e de ser ou não necessária essa intervenção. Mesmo que se trate de processo sem participação do *parquet*, se tiver havido colusão ele estará legitimado para postular a rescisão (2013, p. 191-192).

A legitimidade passiva não possui previsão expressamente regulada no Código de Processo Civil. Todavia, tem-se que poderão integrar o polo passivo da ação rescisória toda pessoa que tenha participado da demanda originária, desde que a mesma, evidentemente, não seja o requerente desse novo processo (DONIZETTI, 2013, p. 858).

Para Didier Jr. e Cunha, na ação rescisória, “[...] todos os partícipes da relação processual oriunda da ação matriz devem ser citados, como litisconsortes necessários, já que o acórdão que nela proferido atingirá a esfera jurídica de todos” (2013, p. 403).

Leciona Pinho que:

A legitimidade passiva, de acordo, com o princípio do contraditório, é de todos que foram parte na ação anterior. Se faltar um legitimado passivo que houvesse de figurar no litisconsórcio necessário, caberá ao juiz ordenar a

integração ao polo passivo, nos termos do art. 47, parágrafo único, desde que não tenha transcorrido o prazo decadencial em relação ao faltante, pois, caso essa seja a hipótese, impossível a alteração, devendo se extinguir o feito sem resolução do mérito (2012, p. 1104).

Imperioso mencionar ainda que, na hipótese de o Ministério Público propor a rescisória, todos as partes que figuraram na relação jurídica da demanda principal, tanto autores quanto réus, serão os demandados dessa nova ação. De igual forma, se um dos autores ajuizar a ação rescisória, os demais autores, bem como os réus do processo onde se proferiu a sentença rescindenda, integrarão o novo polo passivo (CÂMARA, 2013, p. 27-28).

Quanto à legitimidade da ação rescisória no Novo Código de Processo Civil, houve inovação no tocante à legitimidade da pessoa que não foi ouvida no processo em que era obrigatória sua intervenção, conforme se infere do artigo 967, IV: “Têm legitimidade para propor a ação rescisória: IV - aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção” (BRASIL, 2015b).

Didier Jr. cita como exemplos de legitimados com base neste dispositivo:

Comissão de Valores Mobiliários, cuja intervenção é obrigatória nos processos em que se discutam matéria de sua competência (art. 31, Lei n. 6.385/1976), e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, cuja intervenção é obrigatória nos processos em que se discuta matéria de sua competência (art. 118, Lei n. 12.529/2011). (2014)

Explica ainda mencionado autor que o novo texto legal “traz caso em que ente que poderia ter sido *amicus curiae* tem legitimidade para propor ação rescisória”, bem como tal inciso não confere legitimidade para o litisconsorte necessário não citado, o qual terá que se valer da *querela nullitatis*, porquanto a sua não citação acarretara nulidade (2014).

3.6 COMPETÊNCIA

A competência para processar e julgar a ação rescisória jamais será do juiz *a quo*, mas sim do tribunal ao qual esteja vinculado o magistrado que proferiu a decisão, salvo quando a competência é do próprio Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça, por se tratar de ação rescisória de seus próprios julgados, conforme estabelecem os artigos 102, I, “j”, e 105, I, “b” da Constituição Federal (DIDIER JR, CUNHA, 2013, p. 406-407).

Nesse viés, explica DONIZETTI:

Juiz de primeiro grau não tem competência para rescindir sentença. A própria colocação do tema no título “do processo nos tribunais” denota que a competência para julgamento da ação rescisória é sempre dos tribunais. O tribunal julgará a ação rescisória ajuizada em face das sentenças de primeiro grau e das próprias decisões, proferidas em demandas de competência originária ou no âmbito recursal, quando tiver conhecido o recurso e operado o efeito substitutivo previsto no art. 512 do CPC [...] (2013, p. 855).

Theodoro Júnior aponta o motivo do juízo de primeiro grau não deter competência para a rescisória:

Essa sistemática decorre da previsão constitucional, onde se acha expressamente estabelecido que compete: a) ao STF processar e julgar, originariamente, a ação rescisória de seus julgados (CF, art. 102, I, j); b) ao STJ assim proceder em relação aos seus julgados (CF, art. 105, I, b); e c) aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar as rescisórias de seus acórdãos e sentenças dos juízes federais das respectivas regiões (CF, art. 108, I, b). Por simetria, cabe aos Tribunais de Justiça, no âmbito das Justiças Estaduais, a competência para a rescisão de seus acórdãos e das sentenças dos juízes de primeiro grau do respectivo Estado (2014, p. 801).

No que toca à competência no âmbito recursal do STF e do STJ, expõe-se que a eles somente cabe a análise da ação rescisória quando “conhecido o recurso, para confirmar ou reformar a decisão impugnada, ou até se o recurso não tenha sido conhecido, quando, em verdade, signifique negar provimento”. Do contrário, a competência é do órgão colegiado da instância anterior (PINHO, 2012, p.1105).

Pelo exposto, conclui-se que proferida sentença por juiz estadual, a competência para sua rescisão será do respectivo Tribunal de Justiça. Tratando-se, pois, de pronunciamento prolatado por juiz federal, a rescisória será julgada e processada pelo Tribunal Regional Federal ao qual esteja vinculado o juiz. Consigna-se ainda que quando proferida decisão por juiz estadual investido na jurisdição federal, a competência da ação rescisória será do Tribunal Regional Federal da respectiva região (DIDIER JR, CUNHA, 2013, p. 407).

Importante salientar que nos casos em que há capítulos autônomos da decisão, cada qual decidido por órgão jurisdicional diferente, a competência da ação rescisória dependerá de qual capítulo da decisão quer rescindir-se. Tratando-se de capítulo decido pelo Superior Tribunal de Justiça, esse mesmo órgão é competente

para processar e julgar a ação rescisória, não ficando impedida a propositura da rescisória sobre outro capítulo perante o tribunal competente. Contudo, “se os capítulos guardarem dependência lógica, admite-se a prorrogação da competência ao tribunal de mais alta hierarquia dentre os quais se revelarem competentes” (DONIZETTI, 2013, p. 855).

Ao encontro vem o ensinamento de Didier Jr. e Cunha:

É possível que a rescisória seja parcial, atacando apenas um ou alguns capítulos do acórdão rescindendo. Nesse caso, a rescisória deve ser processada e julgada perante o tribunal que julgou o respectivo capítulo. Assim, por exemplo, se foi proposta uma demanda originária, postulando X, Y e Z. Imagine-se que o juiz de primeira instância rejeitou os três pedidos, vindo a parte a recorrer para insistir nos pedidos X e Y. Transitou em julgado a decisão no tocante ao pedido de Z. Julgado o caso pelo tribunal, suponha-se que o recurso especial interposto volta-se apenas em relação a X. Transitou em julgado a decisão do tribunal quanto a Y. Em seguida, o STJ conhece do recurso especial e o julga em relação a X. Nesse caso, a rescisória será proposta perante o tribunal local quanto a Y e Z, devendo haver outra rescisória, ajuizada perante o STJ, para tratar de X. Sendo os capítulos independentes, cada rescisória será ajuizada no respectivo tribunal. Se, entretanto, houver relação de dependência entre os capítulos, de forma que Y e Z sejam dependentes ou acessórios de X, a rescisória será proposta apenas no STJ, onde transitou em julgado o capítulo principal, a qual, sendo procedente, abrangerá os capítulos dependentes (2013, p. 411).

Esses autores explicam ainda que esse é o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça que, apesar de não admitir a existência de mais uma ação rescisória no que toca ao prazo de ajuizamento, acolhe a existência de mais de uma ação rescisória dizente a competência, uma para o Tribunal de Justiça rescindir o seu julgado e outra para o Superior Tribunal de Justiça rescindir no que tange ao seu pronunciamento (2013, 419-429).

Por fim, a vedação do artigo 134, III, do Código de Processo Civil, a qual não permite a participação do juiz no mesmo processo em que tenha atuado em primeiro grau de jurisdição, não é aplicável à ação rescisória, nos termos da Súmula 252 do STF, cuja redação dispõe que “na ação rescisória, não estão impedidos juízes que participaram do julgamento rescindendo” (BRASIL, 2015g), visto que a rescisória constitui nova demanda. Assim, o magistrado que participou do julgamento da sentença rescindenda não está impedido de julgar a sua rescisória (DONIZETTI, 2013, p. 856).

3.7 PRAZO PARA PROPOSITURA

Dispõe o artigo 495 do Código de Processo Civil que “o direito de propor ação rescisória se extingue em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da decisão” (BRASIL, 2015a).

Independentemente de qual seja o inciso do artigo 485 que fundamente a rescisória, o prazo para sua propositura sempre será de dois anos. Com tal prazo “se objetiva alcançar a segurança das relações sociais, ainda que o julgamento seja eivado de vícios” (PINHO, 2012, 1107).

Referindo-se ao prazo da ação rescisória, disserta Donizetti:

O prazo é de natureza decadencial, uma vez que a ação rescisória trata de tutela constitutiva negativa fundada no direito potestativo de desconstituir decisão de mérito transitada em julgado, com prazo estabelecido em lei. Importante atentar que não é a ação rescisória que decai em dois anos, mas o próprio direito material à decisão (2013, p. 859).

Trata-se de prazo de caráter decadencial e, por isso, não se interrompe nem suspende, correndo continuamente. Todavia, de acordo com Theodoro Júnior, por ser um prazo processual, os quais não se vencem em dias úteis, nos casos de recesso forense, se o prazo termina nesse período, o mesmo se prorroga até o retorno das atividades judiciárias (2014, p. 812).

É a opção adotada pelo novo Código de Processo Civil, em seu 975, §1º que dispõe que: “Prorroga-se até o primeiro dia útil imediatamente subsequente o prazo a que se refere o caput, quando expirar durante férias forenses, recesso, feriados ou em dia em que não houver expediente forense” (BRASIL, 2015b).

Posicionamento diverso possui Bueno que afirma que “se o prazo encerrar-se em dia em que não há expediente forense, mister que o ajuizamento da ação rescisória seja antecipado, sob pena do autor decair de seu direito” (2011, p. 402).

É o posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, conforme se depreende dos seguintes julgamentos:

ACÇÃO RESCISÓRIA. PRAZO DECADENCIAL DE 02 (DOIS) ANOS. DIREITO MATERIAL. NÃO INCIDÊNCIA DA NORMA QUE PRORROGA O TERMO FINAL DO PRAZO AO PRIMEIRO DIA ÚTIL POSTERIOR. 1. Por se tratar de decadência, o prazo de propositura da ação rescisória estabelecido no art. 495 do CPC não se suspende, não se interrompe, nem se dilata (RE 114.920, rel. Min. Carlos Madeira, DJ 02.09.1988), mesmo quando o termo final recaia em sábado ou domingo. 2. Prazo de direito material. Não incidência da norma que prorroga o

termo final do prazo ao primeiro dia útil posterior, pois referente apenas a prazos de direito processual. 3. Recurso improvido (AR 2001 AgR, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 04/03/2009, DJe-059 DIVULG 26-03-2009 PUBLIC 27-03-2009 EMENT VOL-02354-01 PP-00181 RDDP n. 76, 2009, p. 147-149) (BRASIL, 2015h).

AÇÃO RESCISÓRIA. PRAZO DECADENCIAL DE 02 (DOIS) ANOS. DIREITO MATERIAL. NÃO INCIDÊNCIA DA NORMA QUE PRORROGA O TERMO FINAL DO PRAZO AO PRIMEIRO DIA ÚTIL POSTERIOR. 1. Por se tratar de decadência, o prazo de propositura da ação rescisória estabelecido no art. 495 do CPC não se suspende, não se interrompe, nem se dilata (RE 114.920, rel. Min. Carlos Madeira, DJ 02.09.1988), mesmo quando o termo final recaia em sábado ou domingo. 2. Prazo de direito material. Não incidência da norma que prorroga o termo final do prazo ao primeiro dia útil posterior, pois referente apenas a prazos de direito processual. 3. Na espécie, o trânsito em julgado do acórdão rescindendo ocorreu em 1º de dezembro de 1999 (dies a quo), tendo o prazo decadencial se esgotado em 1º.12.2001 (sábado), ante o disposto no art. 1º da Lei 810/49 - "Considera-se ano o período de doze meses contado do dia do início ao dia e mês correspondentes do ano seguinte". Ação rescisória protocolada nesta Suprema Corte apenas em 03 de dezembro de 2001 (segunda-feira), portanto, extemporaneamente. 4. Decadência reconhecida. Processo extinto com base no art. 269, inc. IV, do Código de Processo Civil. (AR 1681, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 27/09/2006, DJ 15-12-2006 PP-00081 EMENT VOL-02260-01 PP-00111 RT v. 96, n. 860, 2007, p. 157-163 RDDP n. 48, 2007, p. 134-140) (BRASIL, 2015i).

Segundo discorre Alvim, a citação válida possui o condão de impedir a ocorrência da decadência ao direito de propor a ação rescisória, bem como enseja a retroação de seus efeitos “à data do despacho que ordenar a citação” (2013, p. 1075).

O exercício do direito potestativo é o modo pelo qual se impede a consumação da decadência; a esse exercício, no caso, se dá pela propositura da demanda rescisória. Sucede que a lei determina um ato específico como identificador do exercício do direito de rescindir; este ato é a citação. Apenas a citação válida obsta a consumação da decadência (DIDIER JR., CUNHA, 2013, p. 414).

Necessário frisar ainda que a Fazenda Pública, apesar de dispor da prerrogativa prevista no artigo 188 do Código de Processo Civil que estabelece prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, tal dispositivo não é aplicável ao prazo decadencial da rescisória, não contando, por tal razão, a Fazenda de prazo em dobro para a sua propositura, visto que a mesma trata-se de uma ação autônoma de impugnação e não de um recurso (DIDIER JR., CUNHA, 2013, p. 411).

Quanto ao termo *a quo* para propositura da ação rescisória, como já visto no diploma legal, inicia-se depois de transitada em julgado a decisão cuja rescisão

se requer. Contudo, por vezes, sua verificação é de difícil percepção, conforme expõe Alvim:

Há casos em que a aferição do momento do trânsito em julgado e consequentemente início do prazo para propositura da ação rescisória não é de verificação tão evidente. A decisão acerca do juízo de admissibilidade de recursos, incluindo-se aí o especial e extraordinário, tem natureza declaratória. Ou seja, quando o STJ, por exemplo, não admite determinado recurso especial, nada mais faz do que declarar que, quando da sua interposição, não estavam presentes requisitos de admissibilidade. A eficácia declaratória dessa decisão tem importante relação como problema de se determinar o momento do trânsito em julgado da decisão recorrida, como já verificado, e, em consequência, do início do prazo decadencial para a propositura da ação rescisória, que é de dois anos (CPC, art. 495). Há quem sustente que o prazo para o ajuizamento da rescisória conta-se retroativamente quando o recurso não vem a se conhecido, dada a natureza declaratória da decisão acerca do juízo de admissibilidade dos recursos (2013, p. 1075).

Compartilha desse pensamento Câmara:

[...] a decisão que afirma a inadmissibilidade de um recurso é meramente declaratória e, portanto, tem eficácia *ex tunc*. Assim, por exemplo, se um tribunal julga uma apelação e, três anos depois, o STJ afirma ser inadmissível o recurso especial interposto, esta decisão é meramente declaratória de que o acórdão de apelação não foi impugnado por recurso admissível e, portanto, já transitara em julgado. Do momento em que contra o acórdão da apelação (nesse exemplo) não seria mais possível interpor-se o recurso admissível corre o prazo para ajuizamento da “ação rescisória”, e não [...] do momento em que se tornar irrecorrível aquela última decisão proferida no processo.

Entretanto, tal teoria encontra obstáculos, uma vez que o trânsito em julgado poderia retroceder há mais de dois anos, como na hipótese em que a parte sucumbente recorre da sentença por meio de apelação, porém o seu recurso vai a julgamento somente depois de anos, sendo que o órgão colegiado entende pelo o seu não conhecimento. Nessa situação, a data do trânsito retroagiria para mais de dois anos, ficando, por conseguinte, ultrapassado o prazo decadencial para ingresso da ação rescisória (GONÇALVES, 2013, p. 197).

Nesse sentido, opõe-se Porto a essa orientação, porquanto:

[...] Ela exige do vencido o ajuizamento da ação rescisória dois anos após o julgamento do último recurso conhecido, ou, se apelação não vier a ser julgada, no Tribunal de segundo grau, antes desse biênio, contado o biênio da data da interposição desse recurso, precavendo-se contra eventual juízo de admissibilidade. Trata-se de efeito manifestadamente extravagante, gerando dúvida e perplexidade entre os destinatários da prestação jurisdicional, embora baseado em princípio substancialmente correto, de

que juízos sobre a inadmissibilidade dos recursos se mostram declaratórios, e, portanto, retroagem à data da interposição (2009, p. 145).

Assim, entende-se que, em que pese a decisão que não conhece o recurso interposto ter eficácia declaratória, a mesma deverá ter efeito *ex nunc*, isto é, conhecido ou não o recurso interposto, o prazo para a ação rescisória somente se inicia a partir do trânsito em julgado do último pronunciamento judicial, seja ele inclusive de inadmissibilidade do recurso (PORTO, 2009, p. 145).

De acordo com Alvim, “[...] a coisa julgada se forma no instante em que restou prolatada a última decisão no processo, iniciando a partir de então, o prazo decadencial de dois anos para propositura da ação rescisória” (2013, p. 1076).

Aponta-se, outrossim, que o início do prazo para rescisória poderá ocorrer em momentos diferentes para as partes, quando elas são intimadas da decisão em momento diversos ou ainda quando possuem prazos diferentes para recorrer, como se sucede em demandas em que figuram como litigantes particulares e a Fazenda Pública (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 813-814).

Ademais, não havendo o ajuizamento da rescisória no prazo de dois anos, opera-se a coisa soberanamente julgada, “que consiste na mais estável das situações jurídicas decorrentes de um ato jurisdicional, já que seu conteúdo não pode ser mais alterado nem mesmo através de ação rescisória” (CÂMARA, 2013, p. 31).

4. TERMO A QUO PARA PROPOSITURA DA AÇÃO RESCISÓRIA NOS CASOS DE EXISTÊNCIA DE CAPÍTULOS AUTÔNOMOS DO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL: ANÁLISE DOS ENTENDIMENTOS DOUTRINÁRIOS E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Verificar-se-á, neste capítulo, como a doutrina e os tribunais superiores brasileiros têm se posicionado acerca do início do prazo decadencial para propositura da ação rescisão nos casos de existência de capítulos autônomos do pronunciamento judicial.

4.1 POSIÇÕES DOUTRINÁRIAS ACERCA DO TERMO A QUO PARA PROPOSITURA DA AÇÃO RESCISÓRIA

Conforme já visto, o prazo para propositura da ação rescisória é de dois anos contados do trânsito em julgado da sentença rescindenda. Contudo, é necessário analisar os posicionamentos doutrinários acerca do *termo a quo* nos casos em que há capítulos autônomos da sentença.

Isto porque, admitindo-se a existência de capítulos autônomos, tem-se, automaticamente, a possibilidade de formação progressiva da coisa julgada material, sendo que a contagem do prazo para ajuizamento ação rescisória, quando impugnada parcialmente a sentença de mérito, conta-se do momento em que cada um dos capítulos autônomos da decisão transitaram em julgado. Ao contrário, não sendo aceito o fracionamento da sentença e a ocorrência da coisa julgada progressiva, o prazo deve ser contado a partir do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

Alvim acolhe a teoria dos capítulos autônomos, manifestando-se que, havendo recurso parcial, o prazo para propositura da ação rescisória inicia-se a partir do trânsito em julgado de cada capítulo.

Ponto de extrema relevância consiste em saber se há possibilidade de trânsito em julgado por capítulos. Imagine-se a seguinte hipótese: A (autor) formula pedido de indenização por danos materiais e por danos morais. Julgados improcedentes os pedidos, A interpõe recurso apenas no que toca aos danos materiais. Indaga-se se é possível dizer em tal hipótese terá transitado em julgado a decisão denegatória do pleito de indenização por danos materiais. Temos nós, inquestionavelmente, que sim. São dois pedidos perfeitamente independentes entre si, de modo que, não interposto recurso contra a decisão denegatória de indenização por danos morais, há

trânsito em julgado, deflagrando-se, daí, o prazo para a ação rescisória (2013, p. 1078).

Mesmo posicionamento adota Donizette que admite a formação da coisa julgada em momentos distintos quando a sentença é parcialmente impugnada, pois, segundo esse doutrinador, somente o capítulo recorrido poderá ser alvo de mudança pela Segunda Instância em decorrência do efeito devolutivo do recurso, que devolve ao Tribunal a reanálise somente do pronunciamento recorrido. Por sua vez, o capítulo não impugnado transitará em julgado de imediato, visto que o respectivo Tribunal não poderá mais alterá-lo. Sendo assim, haveria duas ações rescisórias diversas com início da contagem do prazo em momentos distintos, uma cujo objeto é a rescisão da sentença do juiz *a quo* e outra que visa à desconstituição da coisa julgada que recaiu sobre o acórdão da Instância Superior (2013, p.861).

De igual modo manifesta-se Theodoro Júnior:

[...] a sentença de mérito pode ser simples ou complexa, conforme resolva questão de fundo, ou se componha de vários capítulos, cada um deles contendo solução para questão autônoma em face das demais. O reflexo de tais julgamentos complexos se faz sobre a formação da coisa julgada e sobre a ação rescisória, principalmente quando se pretenda atacar algum capítulo da sentença e não toda a sua extensão. É claro que, *in casu*, o interessado poderá, perfeitamente, endereçar a ação rescisória para desconstituir apenas a parte do decisório que entenda enquadrável no art. 485, e terá de ajuizá-la, no Tribunal competente, que será aquele perante o qual se formou a coisa julgada sob ataque. É longa e consolidada a tradição de nosso direito processual civil, segundo o qual as partes do julgado que resolvam questões autônomas formam de *per se* sentenças que ostentam vida própria, podendo cada qual ser mantida ou reformada sem prejuízo das demais. [...] Se é evidente que a sentença pode ter capítulos diferentes e que a lei admite recurso parcial, é claro que se tornarão preclusos os capítulos não recorridos. Portanto, não há como fugir da possibilidade de contar-se o prazo da rescisória a partir do trânsito em julgado de cada um dos capítulos em que se dividiu a sentença, se nem todos foram uniformemente afetados pelos recursos manejados. (2014, p. 813-814).

Tal doutrinador sustenta ainda que o próprio Código de Processo Civil admite a formação da coisa julgada gradual, haja vista que, no parágrafo único do artigo 498, há previsão do trânsito em julgado parcial do acórdão quando não interpostos embargos infringentes sobre a parte não unânime do acórdão. “É, segundo o texto legal, após o trânsito em julgado parcial do acórdão que se interporá o recurso especial ou extraordinário sobre sua porção unânime” (2014, p. 814).

Dispõe o dispositivo supracitado:

Art. 498. Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos (BRASIL, 2015a).

Pontes de Miranda entende possível o fracionamento da sentença:

Há tantas ações rescisórias quantas as decisões transitadas em julgado em diferentes juízes. Pode-se dar, até, que os prazos preclusivos sejam dois ou mais, porque uma sentença transitou em julgado antes da outra, ou das outras. O prazo preclusivo para a rescisão da sentença que foi proferida, sem recurso, ou com decisão que dele não conheceu, começa com o trânsito em julgado de tal sentença irrecorrida. Se houver recurso quanto a algum ponto, ou alguns pontos, ou de todos, tem-se que distinguir aquilo de que se conheceu e o de que não se conheceu. Há o prazo preclusivo a contar da coisa julgada naqueles pontos que foram julgados pela superior instância. A extensão da ação rescisória não é dada pelo pedido. É dada pela sentença em que se compõe o pressuposto de rescindibilidade. Se a mesma petição continha três pedidos e o trânsito em julgado, a respeito do julgamento de cada um, foi em três graus de jurisdição, há tantas ações rescisórias quantos os graus de jurisdição (1998, p. 357).

Favoráveis à teoria dos capítulos da sentença, explicam Didier Jr. e Cunha que, havendo a interposição de recurso somente contra um dos capítulos, isso determinará a ocorrência do trânsito em julgado em diferentes momentos, sendo, por conseguinte, diversos os momentos para propositura da rescisória relativa a cada capítulo. Aduzem ainda que “é curial que o capítulo não impugnado oportunamente transita em julgado, produzindo coisa julgada material” (2013, p. 420).

No que toca ao início do prazo para ajuizamento da ação rescisória, afirma Barbosa Moreira que “se partes distintas da sentença transitaram em julgado em momentos distintos, a cada qual corresponderá um prazo decadencial com o seu próprio dies a quo” (2006, p.218).

Diante do exposto, perceptível que a doutrina é tranquila no sentido que a há possibilidade da formação coisa julgada material progressiva, ocasionando, por consequência, termos *a quo* diferentes para cada capítulo da sentença rescindenda.

4.2 INCISO II DA SÚMULA 100 DO TST

A existência de mais uma ação rescisória de um mesmo processo em razão da formação da coisa julgada progressivamente é plenamente aceita pelo Tribunal Superior do Trabalho, o qual já se adianta tem posicionamento diverso do que o adotado pelo Superior Tribunal de Justiça. Tanto que editou a Súmula 100, II, cujo teor dá conta que:

II - Havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado de cada decisão, salvo se o recurso tratar de preliminar ou prejudicial que possa tornar insubsistente a decisão recorrida, hipótese em que flui a decadência a partir do trânsito em julgado da decisão que julgar o recurso parcial (BRASIL, 2015j).

À vista disso, percebe-se, que para tal Corte Especial, no que diz respeito à formação da coisa julgada progressiva e as reflexões sobre os capítulos da sentença não há como apoiar o argumento de que “apenas um recurso, recorrendo de apenas um capítulo, dentre os vários pedidos da mesma relação processual, possa adiar a imutabilidade dos capítulos não impugnados em face ao *tantum devolutum quantum apelatum* e demais regras processuais” (NUNES, 2013, p. 111).

Isto porque havendo interposição de recurso parcial, “é inevitável a formação da chamada coisa julgada parcial, isto é, aquela que atinge apenas parcela do objeto do processo”. Assim, há possibilidade que haja em um mesmo processo diversas coisa julgadas formadas progressivamente, “conformem ocorram os julgamentos de cada um dos pedidos cumulados e subsequentes trânsitos em julgados” (SIQUEIRA, 2014, p. 151)

Para Didier Jr. e Cunha acertado é o entendimento adotado na orientação sumular do Tribunal Superior do Trabalho ao admitir a existência de partes autônomas da sentença e, por consequência, a formação progressiva da coisa julgada material, havendo por isso prazos diferentes para propositura da ação rescisória para cada capítulo (2013, p. 413).

Sobre o tema disserta Nunes:

[...] Interposto o recurso parcial, resta questionamentos doutrinários sobre o momento do trânsito em julgado capaz de permitir o início do prazo decadencial para a ação rescisória. Rapidamente vamos compreender o significado da súmula, através das palavras de Élisson Miessa dos Santos e Henrique Correia. Os autores esclarecem que da jurisprudência surgem às súmulas (de summula), que expressam o diminutivo, o resumo, a menor

parte de summa, que significa soma. A soma é a jurisprudência, no sentido civil law (lei civil). O intuito é de demonstrar a posição adotada pelo TST, transmitindo para a sociedade e para a estrutura interna do Judiciário Trabalhista o pensar do Tribunal Superior, órgão incumbido de unificar a jurisprudência na seara trabalhista. A súmula de jurisprudência do TST é estática e representa o julgamento uniforme de todo o tribunal. Logo, nesse sentido, já temos consolidado o entendimento da Corte trabalhista através da Súmula nº 100, II, do TST, cujo teor esclarece a possibilidade do recurso parcial e a progressividade da coisa julgada (2013, p. 112).

Frisa-se que o inciso II da Súmula 100 do Tribunal Superior do Trabalho vai ao encontro do entendimento acolhido por parte expressiva dos doutrinadores, conforme exposto em tópico anterior.

Ressalta-se, por oportuno, que havendo a interposição de recurso parcial, o capítulo não impugnado transita em julgado no mesmo instante que apresentado o recurso, em razão da preclusão consumativa e da impossibilidade de complementação do recurso ordinário (NUNES, 2013, p. 212-213).

4.3 O ATUAL ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O Supremo Tribunal Federal, mas especificadamente a 1ª Turma, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 666589, acolheu a teoria dos capítulos autônomos da sentença, aceitando, por consequência a existência de prazos diferentes para propositura da ação rescisória no que toca à cada parcela independente da sentença rescindenda, conforme se depreende da ementa:

COISA JULGADA – ENVERGADURA. A coisa julgada possui envergadura constitucional. COISA JULGADA – PRONUNCIAMENTO JUDICIAL – CAPÍTULOS AUTÔNOMOS. Os capítulos autônomos do pronunciamento judicial precluem no que não atacados por meio de recurso, surgindo, ante o fenômeno, o termo inicial do biênio decadencial para a propositura da rescisória. (RE 666589, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 25/03/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-106 DIVULG 02-06-2014 PUBLIC 03-06-2014) (BRASIL, 2015k).

Expõe o ministro relator Marco Aurélio que o caso em apreciação é oriundo de um julgamento de embargos de divergência do Superior Tribunal de Justiça em que, por cinco votos a seis, entendeu que o termo inicial para a propositura da ação rescisória inicia-se a partir do trânsito em julgado da última decisão proferida nos autos, haja vista que por ser a sentença una e indivisível não há possibilidade de seu fracionamento, bem como em razão da coisa julgada material, por definição legal, somente acoberta a sentença que “resolve todas as

questões suscitadas, pondo fim ao processo”. Assim, aquela Corte admitiu a ação rescisória, pois, a seu ver, ajuizada tempestivamente. Insatisfeita com o provimento jurisdicional obtido, a parte ré da ação rescisória interpôs recurso extraordinário (BRASIL, 2015k).

Aduz o ministro que “está em jogo definir o momento preciso em que ocorre o fenômeno da coisa julgada para efeito de assentar o início da fluência do prazo decadencial relativo à propositura de ação rescisória”, nos casos em que há capítulos autônomos da sentença, isto é, “há pedidos cumulados, mas materialmente divisíveis”, e que esses tornem-se definitivos em momentos distintos (BRASIL, 2015k).

Para ele o acórdão recorrido está em clara “desarmonia com a melhor doutrina sobre o tema e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, encerrando violação à garantida da coisa julgada, prevista no artigo 5º, inciso XXXVI, da Carta da República” (BRASIL, 2015k). Continua a relatar ainda que:

Consoante observa Cândido Rangel Dinamarco, o direito positivo brasileiro permite a configuração de capítulos do decisório, quer todos de mérito, quer heterogêneos, cada qual revelando uma unidade elementar autônoma, no sentido de que cada um deles expressa uma deliberação específica que resulta da verificação de pressupostos próprios. (DINAMARCO, Cândido Rangel. Capítulos de Sentença. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 35). A divisão deve ter em vista o pronunciamento em si, delimitado pelos pedidos, não pelos fundamentos. Assim, os capítulos constam, seguindo os artigos 458, inciso III, e 469 do Código de Processo Civil, na parte dispositiva da sentença. Ainda que envolvida decisão formalmente unitária, esta pode ser materialmente plural, presentes partes cindíveis do dispositivo, cada um, segundo Humberto Theodoro Júnior, contendo solução para questão autônoma em face das demais (BRASIL, 2015k).

Expõe-se ainda outro trecho do voto:

Considerada a implicação apontada pelos mestres de ontem e de hoje, deve ser recusada qualquer tese versando unidade absoluta de termo inicial do biênio previsto no artigo 495 do Código de Processo Civil. O prazo para formalização da rescisória, em homenagem à natureza fundamental da coisa julgada, só pode iniciar-se de modo independente, relativo a cada decisão autônoma, a partir da preclusão maior progressiva (BRASIL, 2015k).

Disserta, outrossim, o relator que, em que pese a sentença ser formalmente unitária, ela pode ser materialmente plural, contendo o dispositivo do pronunciamento partes divisíveis, cada uma resolvendo questões autônomas em relação às demais, podendo inclusive serem reformadas sem prejuízo dos outros

capítulos. Isto porque, há a possibilidade de cumulação de pedidos suscetíveis de diferentes prestações jurisdicionais, havendo materialmente tantas sentenças quanto os pedidos formulados.

Destaca, ademais, o ministro que o Supremo Tribunal Federal já havia adotado esse entendimento no processo nº 470/MG, conhecido popularmente como o processo do mensalão, em que restou determinado por aquela Corte a imediata executoriedade “dos capítulos autônomos do acórdão condenatório, declarando o respectivo trânsito em julgado, excluídos aqueles objeto de embargos infringentes” (BRASIL, 2015k).

Tal posicionamento, conforme relato do ministro, também está evidenciado na Súmula 354 do STF, a qual dispõe que “em caso de embargos infringentes parciais, é definitiva a parte da decisão embargada em que não houve divergência na votação” (BRASIL, 2015l). A mencionada orientação sumular admite a existência de capítulos autônomos da decisão e, por conseguinte, a formação da coisa julgada material progressivamente, conforme se verifica:

Considerada a implicação apontada pelos mestres de ontem e de hoje, deve ser recusada qualquer tese versando unidade absoluta de termo inicial do biênio previsto no artigo 495 do Código de Processo Civil. O prazo para formalização da rescisória, em homenagem à natureza fundamental da coisa julgada, só pode iniciar-se de modo independente, relativo a cada decisão autônoma, a partir da preclusão maior progressiva. Nas palavras de Humberto Theodoro, revelada a presença de capítulos diferentes e de recursos parciais, não há como fugir da possibilidade de contar-se o prazo da rescisória a partir do trânsito em julgado de cada um dos capítulos em que se dividiu a sentença, se nem todos foram uniformemente afetados pelos diversos recursos manejados (BRASIL, 2015k).

Acentua-se que o próprio ministro, em seu voto, manifestou-se no sentido de que o entendimento acolhido pelo Tribunal Superior do Trabalho, no inciso II do enunciado sumular 100, é o acertado.

A partir do posicionamento acolhido no julgamento do Recurso Extraordinário nº 666589, verifica-se que para o Supremo Tribunal Federal a teoria dos capítulos autônomos da sentença é válida, influenciando diretamente o momento do trânsito em julgado das partes independentes da decisão e, conseqüentemente, acarretando prazos diferentes para propositura da ação rescisória quando impugnada parcialmente a sentença, o que enseja também a existência de mais de uma ação rescisória visando desconstituir julgados de um mesmo processo.

Percebe-se, portanto, que o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal está de acordo com a doutrina majoritária acerca do *dies a quo* da ação rescisória, bem com a Súmula editada pelo Tribunal Superior do Trabalho.

4.4 SÚMULA 401 DO STJ

Em razão de diversos julgados que consolidaram um entendimento no mesmo sentido, o STJ editou, em 2009, a Súmula 401, a qual dispõe que “o prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial” (BRASIL, 2015m).

Diante desse enunciado sumular, percebe-se que o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça é que o prazo para ajuizamento da ação rescisória somente tem início após o trânsito em julgado da última decisão proferida em todo o processo. Isto porque, tal órgão julgador entende que o prazo para propositura da rescisória iniciar-se-á somente quando esgotados todos os recursos cabíveis, ainda que o recurso seja parcial. Pode-se dizer então que o STJ não aceita a formação da coisa julgada progressiva (DIDIER JR., CUNHA, 2013, p. 418).

Os fundamentos adotados para edição de tal súmula são que: a) a admissibilidade da teoria dos capítulos autônomos acarretaria uma conturbação processual, visto que, por consequência, aceitar-se-iam diversas coisas julgadas formadas em momentos diferentes em um mesmo processo, o que ensejaria a existência de numerosa quantidade de ações rescisórias sobre aquela ação; b) que “a coisa julgada material somente é qualidade da sentença ou acórdão que põe fim ao processo (segundo interpretação da redação antiga do art. 162, § 1º, do CPC - antes do advento da Lei 11.232/2005)”; c) que a propositura da ação rescisória somente poderá dar-se quando findo o processo em que proferida a sentença rescindenda, o que não ocorreria se adotada a formação progressiva da coisa julgada; e d) a impossibilidade do fracionamento da sentença e do trânsito em julgado parcial por ser a sentença una e indivisível (OLIVEIRA JÚNIOR).

Theodoro Júnior explica o motivo de tal entendimento:

A 2ª Turma do STJ, em decisão não unânime, entendeu, em certa ocasião, que, em razão de ser una e indivisível a ação, a sentença não haveria de ser fracionada. Por isso, não ocorreria a chamada coisa julgada parcial, dando-se a consumação do trânsito em julgado apenas depois de julgados todos os recursos interpostos, quer fossem eles totais ou parciais. Concluiu,

então, o aresto do STJ que, consoante o disposto no art. 495 do CPC, o direito de propor ação rescisória se extingue após o decurso de dois anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida na causa. [...] Posteriormente, a Corte do STJ, por julgamento não unânime, endossou a posição da 2ª Turma, apoiando-se no argumento de que não seria possível entrever mais de uma coisa julgada material num só processo. Esta se formaria uma única vez após o julgamento irrecurível da última instância recursal. Com isto pretendeu-se, na ordem prática, a eliminação do suposto inconveniente da multiplicidade de rescisórias em tempos diversos, em torno de um mesmo processo. Para alcançar tal desiderato, o acórdão se afastou da clássica doutrina das sentenças complexas, onde cada capítulo distinto poderia gerar a coisa julgada material separadamente e ensejar o correspectivo cabimento da ação rescisória também individualizada, como sempre ensinaram, entre outros, Pontes de Miranda e Barbosa Moreira (2014, p. 814-815).

Para melhor compreender o posicionamento acolhido pelo STJ, destaca-se o voto do ministro Franciulli Netto no julgamento do Recurso Especial nº 705.354/SP, em que entendeu ser a sentença uma, não passível de fracionamento, motivo que, para o dito julgador, impossibilitaria a existência da coisa julgada formada progressivamente:

Para contornar o postulado de que, ainda que a lide seja formada por várias pretensões, a sentença deve ser uma, apreciando todas elas, há quem defenda a possibilidade de existir também várias decisões dentro da sentença que solucionar o conflito, ou quem destrinça a sentença em capítulos, tantos quantos forem os pedidos formulados. Não há, porém, como se escapar da realidade: sempre existirá uma única ação, ainda que ela contenha, em seu bojo, várias pretensões, amparadas pela mesma causa de pedir. Capítulos poderiam existir desde que para cada pedido houvesse uma correspectiva causa de pedir. É notória a possibilidade de cumulação. Aliás, preceitua o artigo 292 do Código de Processo Civil a permissão de cumulação num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão. Segundo os desdobramentos do mesmo artigo, os requisitos de admissibilidade da cumulação voltam-se para a compatibilidade dos pedidos entre si, da competência do juízo para deles conhecer e do tipo de procedimento; se incompatíveis os últimos, ainda assim a cumulação pode ser admitida desde que o autor escolha o procedimento ordinário. Vê-se desde logo que o mencionado artigo de lei não diz que com a cumulação irão concorrer vários processos, mas sim que o processo é um só. Dessarte, não se pode falar em uma sentença com várias decisões, ou capítulos distintos, mas sim de uma única sentença que, em sua parte dispositiva, define tantos pedidos quantos foram formulados, não como capítulos à parte, mas com consequência da escolha inicial feita pela própria embargante. O certo é que, havendo um único processo e uma única sentença, não há cogitar de coisa julgada material progressiva. A coisa julgada material somente ocorre com o trânsito em julgado da última decisão proferida na causa. (BRASIL, 2015n).

A ministra Eliana Calmon, no julgamento Recurso Especial nº 415586, também adotou o posicionamento no sentido de que a teoria dos capítulos autônomos da sentença não deve ser acolhida e, por conseguinte, a ocorrência da formação da coisa julgada progressivamente, esclarecendo no seu voto os motivos desse seu entendimento:

Justifica-se, ainda, a adoção de tal entendimento em virtude das dificuldades de ordem prática surgidas com a possibilidade de ajuizamento de mais de uma ação rescisória, em momentos diversos, oriundos de uma mesma ação, o que depõe contra o princípio da economia processual, além de ensejar, em tese, decisões conflitantes (BRASIL, 2015o).

Outrossim, esclarece-se que o Superior Tribunal de Justiça utilizou como argumento a impossibilidade de existir mais de uma coisa julgada material no mesmo processo, ocorrendo essa uma única vez “após o julgamento irrecurável da última instância recursal”. A partir disso, tem-se, segundo a percepção dessa Corte, que as questões de mérito decididas ao longo do processo e antes do pronunciamento final, seja ele do juiz *a quo* ou do órgão colegiado, não fazem coisa julgada material, mas tão somente formal, razão pela qual se deve aguardar o trânsito em julgado da última decisão, oportunidade em se formaria a coisa julgada material, abrindo-se o prazo para a ação rescisória (THEODORO JÚNIOR, 2014, p. 815).

Entretanto, os argumentos apresentados são extremamente criticados pelo doutrinador Theodoro Júnior, o qual os rechaça nos seguintes termos:

Se se admite a formação da coisa julgada apenas formal sobre questões de mérito não decididas na sentença de 1º Grau, ou no acórdão do Tribunal de Justiça, e que não foram devolvidas ao Superior Tribunal de Justiça, contra elas jamais caberia ação rescisória, já que reconhecidamente, esse tipo de ação se refere à coisa julgada material (art. 485, *caput*). Seria um absurdo pretender unificar a ação rescisória para atacar decisões que não teriam sido objeto da coisa julgada material e que, assim, mesmo versando sobre mérito da causa, ficariam imunes à rescisão do art. 485 do CPC (outro absurdo). [...] De outro lado, se se admitir que as coisas julgadas formais também sejam alcançáveis pela rescisória e que só haja um único prazo para a ação do art. 485, a unificação desse prazo a contar do trânsito em julgado ocorrido no Superior Tribunal de Justiça, não impediria, por si só, a multiplicidade de ações rescisórias, se questões de mérito houvessem precluído nas instâncias locais e apenas alguma ou algumas delas tivessem sido devolvidas à instância especial. Como o STJ não tem competência para rescindir acórdãos de outros tribunais e juízes, a teoria da unidade da rescisória tornaria irrevogáveis todas as questões de mérito que não chegassem a ser objeto do recurso especial, o que mostra de todo incompatível com o regime do CPC (2014, p. 815).

Acentuam ainda Didier Jr. e Cunha que se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca da inexistência da coisa julgada gradual fosse acertado, isso ensejaria na impossibilidade da execução parcial definitiva da parte da sentença não recorrida, visto que a mesma dependeria do resultado a ser produzido com o julgamento do recurso interposto. Destarte, somente seria possível a execução provisória do capítulo autônomo não impugnado, ainda que já estivesse acobertado pela coisa julgada material, ficando, por consequência, sujeito às regras do cumprimento de sentença provisório como, por exemplo, o levantamento em dinheiro exige a prestação de caução idônea (CPC, art. 475-O, III) (2013, p. 419).

Explanam esses doutrinadores ainda que o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça é divergente, porquanto aplicado *ao termo a quo* da rescisória, mas não em relação à competência para seu julgamento. É que aquela Corte não admitia a existência de mais uma ação rescisória no que toca ao prazo de ajuizamento, determinado que seja ajuizada uma única ação rescisória após o trânsito em julgado do último pronunciamento, contudo admite a existência de mais de uma ação rescisória dizente a competência, uma para Tribunal de Justiça rescindir o seu julgado e outra para Superior Tribunal de Justiça rescindir o seu (2013, 419-429).

Necessário ressaltar que, antes da edição da súmula ora em discussão, ainda que em julgamento isolado, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu como válida a teoria dos capítulos autônomos da sentença e possibilidade do trânsito em julgado parcial no tocante às parcelas da decisão não impugnadas mediante recurso, consoante se depreende:

PROCESSO CIVIL. SENTENÇA. DIVISÃO EM CAPÍTULOS. POSSIBILIDADE. IMPUGNAÇÃO PARCIAL. PRINCÍPIO TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APPELLATUM. TRÂNSITO EM JULGADO DOS DEMAIS CAPÍTULOS, NÃO IMPUGNADOS. NULIDADE. JULGAMENTO EXTRA PETITA. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS E INDEPENDENTES. ANULAÇÃO PARCIAL. DOUTRINA. RECURSO PROVIDO.

I - A sentença pode ser dividida em capítulos distintos e estanques, na medida em que, à cada parte do pedido inicial, atribui-se um capítulo correspondente na decisão.

II - Limitado o recurso contra parte da sentença, não pode o tribunal adentrar no exame das questões que não foram objeto de impugnação, sob pena de violação do princípio tantum devolutum quantum appellatum.

III - No caso, a sentença foi dividida em capítulos, e para cada um foi adotada fundamentação específica, autônoma e independente.

Assim, a nulidade da sentença, por julgamento extra petita, deve ser apenas parcial, limitada à parte contaminada, mormente porque tal vício não guarda, e nem interfere, na rejeição das demais postulações, que não foram objeto de recurso pela parte interessada (a autora desistiu de seu recurso).

IV - Outra seria a situação, a meu ver, se a sentença tivesse adotado fundamento único, para todos os pedidos. Nesse caso, o vício teria o condão de contaminar o ato como um todo. (REsp 203.132/SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 25/03/2003, DJ 28/04/2003, p. 202) (BRASIL, 2015p)

Frisa-se, ademais, que, apesar do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 666589, ocorrido no dia 25 de março de 2014, ter acolhido a teoria dos capítulos autônomos da sentença, aceitando, por consequência a existência de prazos diferentes para propositura da ação rescisória no que toca à cada parcela independente da sentença rescindenda, o Superior Tribunal de Justiça não reviu seu entendimento, continuando a aplicar a Súmula 401 nos casos em que lhe são apresentados para julgamento, conforme se infere do seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO MONOCRATICAMENTE. DESERÇÃO DA APELAÇÃO AFASTADA. DECADÊNCIA. ENUNCIADO N. 401 DA SÚMULA DO STJ. AUSÊNCIA DE DECISÃO SOBRE O MÉRITO DA CAUSA.

1. A decisão rescindenda cuidou apenas da validade do preparo do recurso da apelação, afastando a deserção. Revela-se incabível, portanto, a presente ação rescisória, própria para enfrentar julgado que analisa o mérito da demanda. Precedentes.

2. O ajuizamento da rescisória e o início do respectivo prazo decadencial possuem como requisito o trânsito em julgado, uno e indivisível, da decisão final sobre o mérito da demanda, repelindo-se a decadência por capítulos (enunciado n. 401 da Súmula do STJ). Com isso, a presente ação nem mesmo poderia ter sido proposta, sendo inviável a tramitação simultânea do processo principal e da rescisória. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg na AR 4.939/AL, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/06/2014, DJe 17/06/2014) (BRASIL, 2015q).

Conclui-se então que aquela Corte possui o entendimento de que mesmo nos casos de recursos parciais, o *dies a quo* para ação rescisória inicia-se com o trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, “independentemente da matéria a ser tratada da rescisória, sendo impossível falar-se em fracionamento das coisas julgadas emergentes de uma mesma decisão” (DONIZETTI, 2013. p. 862).

Destarte, em que pese a doutrina, o Tribunal Superior do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal acolherem a teoria dos capítulos autônomos da sentença, admitindo termos *a quo* diferentes para propositura da ação rescisória em virtude da

formação da coisa julgada progressivamente, bem como apesar das críticas feitas ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o Novo Código de Processo Civil adotou o mesmo entendimento dessa Corte, pacificando a controvérsia sobre o início do prazo para ajuizamento no seu artigo 975, cuja redação estabelece que “O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo” (BRASIL, 2015b).

7 CONCLUSÃO

O ordenamento jurídico vigente tem como um de seus princípios basilares o da segurança jurídica, consagrado no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal, que prevê que “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

Nota-se, portanto, que é atribuído à coisa julgada material o status de garantia fundamental, sendo que operada a coisa julgada material, as partes não poderão rediscutir a questão posta em juízo dentro ou fora do mesmo processo em que proferida a sentença.

Entretanto, quando a coisa julgada está viciada por algumas das hipóteses taxativas previstas no artigo 485 do Código de Processo Civil, a lei autoriza a sua desconstituição por meio da ação rescisória em até dois anos contados a partir do trânsito em julgado da decisão.

A questão relevante acerca do prazo da ação rescisória diz respeito ao termo *a quo* para sua propositura nos casos em que existam capítulos autônomos da sentença, isto é, pedidos independentes entre si. Isto porque, tanto o Superior Tribunal de Justiça quanto o Tribunal Superior do Trabalho editaram súmulas com posicionamentos diferentes acerca do tema. Enquanto o primeiro não acolhe a teoria dos capítulos autônomos, por considerar a sentença una e indivisível, devendo por isso ser ajuizada uma única ação rescisória após o trânsito em julgado da última decisão, o segundo admite o fracionamento da sentença e, conseqüentemente, tantas ações rescisórias quantos forem os pedidos formulados, reconhecendo a possibilidade de prazos diferentes para as suas proposituras na hipótese de interposição de recurso parcial, pois presente a coisa julgada progressiva.

Esse último é inclusive o posicionamento da doutrina e o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal que, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 666589, acolheu a teoria dos capítulos autônomos da sentença, aceitando, por consequência a existência de prazos diferentes para propositura da ação rescisória no que toca a cada parcela independente da sentença rescindenda

Assim, considerando esses posicionamentos divergentes adotados pelos Tribunais Superiores brasileiros, tem-se que o jurisdicionado está diante de uma situação de grande insegurança jurídica.

Entretanto, o Novo Código de Processo Civil pacificou a divergência existente no que toca ao início do prazo, estabelecendo que a ação rescisória deverá ser proposta em até dois anos após o trânsito em julgado da última decisão, posicionamento este minoritário do ponto de vista doutrinário, mas adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, inclusive objeto de súmula.

Portanto, entendeu-se pela existência de apenas uma ação rescisória decorrente de um processo, ficando os capítulos autônomos não impugnados aguardando o julgamento da parte recorrida, ensejando, por conseguinte, numa ampliação indireta para o ajuizamento da rescisória, o que favorece a parte que foi prejudicada pelo vício que possui a sentença rescindenda.

Assim, constata-se que tal entendimento tem uma carga política muito forte, pois trará implicações no desafogamento dos tribunais, evitando a proliferação de ações rescisórias decorrentes de uma única relação jurídico processual, embora distancie-se claramente da técnica processualística.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Eduardo Arruda. **Direito Processual Civil: Teoria geral do processo, Processo de Conhecimento, Juizados especiais cíveis, Ações coletivas, Recursos, Repercussão geral no recurso extraordinário**. ed. 5. rev., atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013

ARRUDA, Paulo Gonçalves de. **A sentença parcial vista pelos tribunais e o reflexo do fracionamento do mérito no anteprojeto do novo Código de Processo Civil**. Revista de Processo, São Paulo, v. 38, n. 222 , p.257-292, ago. 2013.

BRASIL. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Institui o Código de processo civil brasileiro. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm > Acesso em: 11 jan. 2015a.

_____. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de processo civil brasileiro. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm> Acesso em: 19 maio 2015b.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 27 fev. 2015c.

_____. **Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942**. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em 11 jan. 2015d.

_____. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Institui o Código penal brasileiro. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del2848compilado.htm> > Acesso em: 9 abr. 2015e.

_____. **Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 343**. Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula&pagina=sumula_301_400> Acesso em: 21 de abri. 2015f.

_____. **Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 252.** Na ação rescisória, não estão impedidos juízes que participaram do julgamento rescindendo. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula&pagina=sumula_201_300> Acesso em: 21 de abri. 2015g

_____. Supremo Tribunal Federal. **AÇÃO RESCISÓRIA. PRAZO DECADENCIAL DE 02 (DOIS) ANOS. DIREITO MATERIAL. NÃO INCIDÊNCIA DA NORMA QUE PRORROGA O TERMO FINAL DO PRAZO AO PRIMEIRO DIA ÚTIL POSTERIOR.** 1. Por se tratar de decadência, o prazo de propositura da ação rescisória estabelecido no art. 495 do CPC não se suspende, não se interrompe, nem se dilata (RE 114.920, rel. Min. Carlos Madeira, DJ 02.09.1988), mesmo quando o termo final recaia em sábado ou domingo. 2. Prazo de direito material. Não incidência da norma que prorroga o termo final do prazo ao primeiro dia útil posterior, pois referente apenas a prazos de direito processual. 3. Recurso improvido. Agravo nº 2001/SP. Agravante: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Agravado: Callope Belline Penteado. Relatora: Ellen Gracie. Brasília, 04 de março de 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>> Acesso em: 18 maio 2015h.

_____. Supremo Tribunal Federal. **AÇÃO RESCISÓRIA. PRAZO DECADENCIAL DE 02 (DOIS) ANOS. DIREITO MATERIAL. NÃO INCIDÊNCIA DA NORMA QUE PRORROGA O TERMO FINAL DO PRAZO AO PRIMEIRO DIA ÚTIL POSTERIOR.** 1. Por se tratar de decadência, o prazo de propositura da ação rescisória estabelecido no art. 495 do CPC não se suspende, não se interrompe, nem se dilata (RE 114.920, rel. Min. Carlos Madeira, DJ 02.09.1988), mesmo quando o termo final recaia em sábado ou domingo. 2. Prazo de direito material. Não incidência da norma que prorroga o termo final do prazo ao primeiro dia útil posterior, pois referente apenas a prazos de direito processual. 3. Na espécie, o trânsito em julgado do acórdão rescindendo ocorreu em 1º de dezembro de 1999 (dies a quo), tendo o prazo decadencial se esgotado em 1º.12.2001 (sábado), ante o disposto no art. 1º da Lei 810/49 - "Considera-se ano o período de doze meses contado do dia do início ao dia e mês correspondentes do ano seguinte". Ação rescisória protocolada nesta Suprema Corte apenas em 03 de dezembro de 2001 (segunda-feira), portanto, extemporaneamente. 4. Decadência reconhecida. Processo extinto com base no art. 269, inc. IV, do Código de Processo Civil. Ação Rescisória nº 1681/CE. Autora: Nilce Pontes. Ré: União. Relator: Marco Aurélio, 27 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>> Acesso em: 18 maio 2015i.

_____. **Superior Tribunal do Trabalho. Súmula 100, II.** Havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado de cada decisão, salvo se o recurso tratar de preliminar ou prejudicial que possa tornar insubsistente a decisão recorrida, hipótese em que flui a decadência a partir do trânsito em julgado da decisão que julgar o recurso parcial. Disponível em <<http://www.tst.jus.br/>>

Acesso em: 20 de maio 2015j.

_____. Supremo Tribunal Federal. COISA JULGADA – ENVERGADURA. A coisa julgada possui envergadura constitucional. COISA JULGADA – PRONUNCIAMENTO JUDICIAL – CAPÍTULOS AUTÔNOMOS. Os capítulos autônomos do pronunciamento judicial precluem no que não atacados por meio de recurso, surgindo, ante o fenômeno, o termo inicial do biênio decadencial para a propositura da rescisória. Recurso Extraordinário nº 666589. Recorre: PEBB Corretora de Valores Ltda. Recorrido: Banco Central do Brasil. Relator: Marco Aurélio. Brasília, 25 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>> Acesso em: 18 maio 2015k

_____. **Supremo Tribunal Federal. Súmula 354.** Em caso de embargos infringentes parciais, é definitiva a parte da decisão embargada em que não houve divergência na votação. Disponível em <www.stf.jus.br> Acesso em: 07 de maio 2015l.

_____. **Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 401.** O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial. Disponível em <http://www.stj.jus.br/SCON/sumulas/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&livre=s%FAMula+401&b=SUMU&thesaurus=JURIDICO> Acesso em: 20 de maio 2015m.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Corte Especial. Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 404777/DF. Relator: Min. Fontes de Alencar. Relator para o Acórdão: Min. Francisco Peçanha Martins. Brasília, 3 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/portal/site/STJ>> Acesso em: 22 maio 2015n.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 212.286/RS. Relatora: Min. Eliana Calmom. Brasília, 12 de novembro de 2002. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/portal/site/STJ>> Acesso em: 22 maio 2015o.

_____. Superior Tribunal de Justiça. PROCESSO CIVIL. SENTENÇA. DIVISÃO EM CAPÍTULOS. POSSIBILIDADE. IMPUGNAÇÃO PARCIAL. PRINCÍPIO TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APPELLATUM. TRÂNSITO EM JULGADO DOS DEMAIS CAPÍTULOS, NÃO IMPUGNADOS. NULIDADE. JULGAMENTO EXTRA PETITA. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS E INDEPENDENTES. ANULAÇÃO PARCIAL. DOUTRINA. RECURSO PROVIDO. I - A sentença pode ser dividida em capítulos distintos e estanques, na medida em que, à cada parte do pedido inicial, atribui-se um capítulo correspondente na decisão. II - Limitado o recurso contra parte da sentença, não pode o tribunal adentrar no exame das questões que não foram objeto de impugnação, sob pena de violação do princípio tantum devolutum quantum appellatum. III - No caso, a sentença foi dividida em capítulos, e para cada um foi

adotada fundamentação específica, autônoma e independente. Assim, a nulidade da sentença, por julgamento extra petita, deve ser apenas parcial, limitada à parte contaminada, mormente porque tal vício não guarda, e nem interfere, na rejeição das demais postulações, que não foram objeto de recurso pela parte interessada (a autora desistiu de seu recurso). IV - Outra seria a situação, a meu ver, se a sentença tivesse adotado fundamento único, para todos os pedidos. Nesse caso, o vício teria o condão de contaminar o ato como um todo. Recurso Especial nº 20.3132/SP. Recorrente: Bradesco Seguro S.A. Recorrido: Elga Helena Teichmann. Relator: Sálvio de Figueiredo Teixeira. Brasília, 25 de março de 2003. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/portal/site/STJ>> Acesso em: 06 maio 2015p.

_____. Superior Tribunal de Justiça. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO MONOCRATICAMENTE. DESERÇÃO DA APELAÇÃO AFASTADA. DECADÊNCIA. ENUNCIADO N. 401 DA SÚMULA DO STJ. AUSÊNCIA DE DECISÃO SOBRE O MÉRITO DA CAUSA. 1. A decisão rescindenda cuidou apenas da validade do preparo do recurso da apelação, afastando a deserção. Revela-se incabível, portanto, a presente ação rescisória, própria para enfrentar julgado que analisa o mérito da demanda. Precedentes. 2. O ajuizamento da rescisória e o início do respectivo prazo decadencial possuem como requisito o trânsito em julgado, uno e indivisível, da decisão final sobre o mérito da demanda, repelindo-se a decadência por capítulos (enunciado n. 401 da Súmula do STJ). Com isso, a presente ação nem mesmo poderia ter sido proposta, sendo inviável a tramitação simultânea do processo principal e da rescisória. Precedentes. 3. Agravo regimental improvido. Agravo Regimental nº 4.939/AL. Agravantes: Paulo Onofre de Araujo e Nícia Mello Onofre de Araujo. Agravado: José Gildo Rodrigues da Silva. Relator: Antonio Carlos Ferreira. Brasília, 11 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/portal/site/STJ>> Acesso em: 25 maio 2015q.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. vol. 2. ed. 4. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

CABRAL, Antonio do Passo. **Alguns mitos do processo (II): Liebman e a coisa julgada**. Revista de Processo, São Paulo, v. 38, n. 217, p.41-73, mar. 2013.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**, vol. 3. ed. 24. São Paulo: Atlas, 2013.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo,; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido R. **Teoria geral do processo**. 30. ed.; rev.; atual. e aum. São Paulo: Malheiros, 2014.

DESTEFENNI, Marcos. **Curso de Processo Civil: Processo de conhecimento e cumprimento da sentença**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

DIDIER JR. Fredie. **Editorial 183: Nova hipótese de legitimidade para a propositura de ação rescisória. Novo CPC. Art. 979, IV, versão da Câmara dos Deputados**. 2014. <Disponível em: <http://www.frediedidier.com.br/editorial/editorial-183/>> Acesso em: 6 jun. 2015

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandre de. **Curso de Direito Processual Civil, vol. 2: Teoria da Prova, Direito Probatório, Ações Probatórias, Decisão, Precedente, Coisa julgada e Antecipação de tutela**. 8. ed. rev., atual. e amp. Bahia: Editora Juspodivm, 2013.

DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil, vol. 3: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais**. 11. ed. rev., atual. e amp. Bahia: Editora Juspodivm, 2013.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Capítulos de Sentença**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

DONIZETE, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. 17. ed São Paulo: Atlas, 2013.

GERAIGE NETO, Zaiden. Ação rescisória: O lento caminhar do direito escrito, comparado às rápidas transformações das sociedades contemporâneas. 1. ed. vol. 63. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil, vol. 2: Processo de Conhecimento (2º parte) e procedimentos especiais**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e Autoridade da Sentença**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz. **Teoria geral do processo**. 8. ed., rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**. vol. 3. ed 13. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

NUNES, Fernanda Santos. **A coisa julgada progressivamente na reclamatória trabalhista: o prazo para propositura da ação rescisória das resoluções parciais de mérito na justiça laboral.** Revista do Superior Tribunal do Trabalho, São Paulo, v. 79, n. 3, p.104-127, jul. a set. 2013.

OLIVEIRA JÚNIOR, Délio Mota de. **A Coisa Julgada Material Formada Progressivamente e o Prazo para a Sua Rescindibilidade: Análise Crítica da Súmula nº 401 do STJ.** Disponível em <http://www.lex.com.br/doutrina_25942226_coisa_julgada_material_formada_progressivamente_e_o_prazo_para_a_sua_rescindibilidade_analise_critica_da_sumula_n_401_do_stj.aspx>. Acesso em: 17 maio 2015.

PEREIRA, Mateus Costa; PEIXOTO, Ravi. **Da competência à ação rescisória: uma leitura de julgados do STJ a partir da teoria dos capítulos de sentença.** Revista de Processo, São Paulo, v. 38, n. 218, p.195-217, abr. 2013.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Direito Processual Civil Contemporâneo: Processo de Conhecimento, Cautela, Execução e Procedimentos Especiais.** São Paulo: Saraiva, 2012.v

PONTES, Miranda de. **Tratado das ações rescisórias: das sentenças e outras decisões.** Rio de Janeiro: Bookseller, 1998.

PORTO, Sérgio Gilberto. **Ação Rescisória Atípica: Instrumento de defesa da ordem jurídica.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil: Processo de conhecimento**, vol. 1. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011a.

_____. **Manual de direito processual civil**, vol. 3. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011b.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil: Procedimentos especiais codificados e da legislação esparsa, jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária**, vol. 3. 26 ed. atual. São Paulo: Savaira, 2013.

SIQUEIRA, Thiago Ferreira. **A fragmentação do julgamento do mérito no novo código de processo civil.** Revista de Processo, São Paulo, v. 39, n. 229, p.121-167, mar. 2014.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil, vol. 1: Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento**. 55. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. vol. 1. ed. 11. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.